

um estudo comparativo sobre as condições de vida nos territórios periféricos do Rio de Janeiro frente ao controle de grupos armados.

Monique Batista Carvalho

Lia de Mattos Rocha

Jonathan Willian Bazoni da Motta







## MILÍCIAS, FACÇÕES E PRECARIEDADE:

um estudo comparativo sobre as condições de vida nos territórios periféricos do Rio de Janeiro frente ao controle de grupos armados.

## Equipe da pesquisa

Jonathan Willian Bazoni da Motta

Lia de Mattos Rocha

Monique Batista Carvalho

Pedro Zaidan

e Yasmin Campelo.

## Relatório Final

#### Carvalho, Monique Batista

Milícias, facções e precariedade [livro eletrônico] : um estudo comparativo sobre as condições de vida nos territórios periféricos do Rio de Janeiro frente ao controle de grupos armados /Monique Batista Carvalho, Lia de Mattos Rocha, Jonathan Willian Bazoni da Motta. -- 1. ed. -- Rio de Janeiro : Fundação Heirich Böll, 2023.

PDF

Bibliografia. ISBN 978-65-87665-14-6

1. Ciências sociais 2. Favelas - Rio de Janeiro (RJ) 3. Milícias - Rio de Janeiro 4. Periferias urbanas 5. Polícia militar - Rio de Janeiro (RJ) 6. Segurança pública - Rio de Janeiro (RJ) 7. Tráfico de drogas I. Rocha, Lia de Mattos. II. Motta, Jonathan Willian Bazoni da. III. Título.

23-147893 CDD 363.45098153



O presente relatório apresenta os resultados do projeto de pesquisa "Milícias, facções e precariedade: um estudo comparativo sobre as condições de vida nos territórios periféricos do Rio de Janeiro frente ao controle de grupos armados", financiado pela Fundação Heinrich Böll - Brasil, que teve como objetivo identificar e descrever, a partir de um trabalho de campo etnográfico em seis áreas da cidade, a diversidade de dinâmicas de controle territorial praticadas por grupos armados no Rio de Janeiro.

Pesquisas recentes têm indicado que a cidade do Rio de Janeiro encontra-se "partilhada" entre diferentes grupos armados. Segundo o Mapa dos Grupos Armados (GRUPO DE ESTUDOS DOS NOVOS ILEGALISMO DA UNIVERSIDA-DE FEDRAL FLUMINENSE (GENI/UFF); INSTITUTO FOGO CRUZADO, 2022), a milícia dominaria 50% do território controlado por grupos armados, enquanto as chamadas facções (Comando Vermelho, Amigos dos Amigos e Terceiro Comando Puro) dividiriam entre si a outra fatia das áreas controladas por grupos criminosos. Ainda que os efeitos desses diferentes controles territoriais sejam semelhantes em muitos aspectos – como a subordinação dos moradores e suas organizações comunitárias, o controle da rotina, o estigma e a exposição à violência e arbítrio dos integrantes dos grupos armados – a literatura identifica que existem diferenças entre viver em área de milícia e viver em área de facção (ALVES, 2008; MACHADO DA SILVA, 2008; ROCHA, MOTTA, 2020). Neste sentido, os territórios dominados por facções foram representados como palco de operações policiais violentas e local onde drogas ilícitas e armas seriam

expostas ostensivamente<sup>1</sup>, porém com um controle mais flexível de rotinas e moralidades. Já as áreas dominadas pela milícia foram representadas como locais com um controle muito maior das rotinas e moralidades, porém com um risco bem menor de acontecerem ali confrontos e outros episódios de violência cotidiana (ARAÚJO, 2017).

Contudo, os pesquisadores envolvidos neste projeto de pesquisa compartilhavam da inquietação de que tais distinções nas formas de atuação de tráfico e milícia seriam insuficientes para compreender as atuais condições de vida dos moradores de áreas periféricas da cidade do Rio de Janeiro. Especialmente considerando que notícias e informações vindas desses territórios davam conta de mudancas importantes na forma como faccões e milícias atuam, a comecar pela diversidade interna de cada um desses "grupos": faccões e milícias precisam ser consideradas em sua diversidade. Da mesma forma, a literatura já vinha observando os efeitos de tais mudancas. Por um lado, a diminuição da exposição de armas (MACHADO DA SILVA; MENEZES, 2020; MENEZES, 2018) em alguns territórios de tráfico, bem como um exercício de maior controle moral, sobretudo relacionado à expressões de religiosidade evangélica (VITAL DA CUNHA, 2014, 2015) por parte de traficantes de drogas, entre outros exemplos. Por outro lado, em territórios de milícia a venda de drogas (CANO; DUARTE, 2012; DA MOTTA, 2020) e os confrontos armados por disputas territoriais entre grupos de milicianos, entre outros exemplos. Neste sentido, interessou-nos investigar o que há de diferente e de semelhante nas formas de atuação de faccões e milícias – internamente e entre os dois tipos – tendo como referência suas práticas e atuação nos territórios periféricos e os efeitos sobre os moradores das localidades pesquisadas e sua rotina.

Dessa forma, o objetivo deste projeto de pesquisa foi investigar e descrever as atuais dinâmicas de "cerco" produzidas por diferentes grupos armados, seus efeitos sobre as sociabilidades locais e na produção de precariedades (BUTLER, 2004) a que os moradores dessas localidades estão submetidos. Entendemos "cerco" nos termos de Machado da Silva e Leite (2007), ou seja, como uma compreensão por parte dos moradores de favelas e periferias, ao mesmo tempo subjetiva e objetiva, de sua submissão a uma força coercitiva e violenta, e a preocupação e receio constantes com manifestações violentas, em muitos casos imprevisíveis, que impedem a circulação e a rotina locais. Assim,

<sup>1</sup> Não à toa, uma das grandes marcas de sucesso da política de pacificação (2008-2016), promovida a partir do projeto das UPPs, foi a redução da visibilidade e circulação de armas pelos traficantes nas favelas pacificadas (Carvalho, 2014).

buscamos compreender como as possíveis novas modalidades de "cerco" implicam em novos constrangimentos, riscos, dificuldades, incertezas, e novos tipos de resistência. As formas de presença dos grupos armados nos territórios, as relações estabelecidas com as instituições locais, a composição social que caracteriza cada agrupamento, os recursos econômicos explorados e as relações estabelecidas com a população local foram temáticas que os pesquisadores em campo buscaram perseguir. Nesse sentido, nosso esforço foi o de tentar montar um quebra-cabeça do mundo do crime, partindo da experiência cotidiana dos moradores e de seus territórios.

Nossa pesquisa foi realizada no âmbito de uma agenda de pesquisa desenvolvida pelo laboratório Cidades: Núcleo de Pesquisa Urbana (PPCIS/UERJ) com a participação de seis pesquisadores, em diferentes níveis de sua formação acadêmica e trajetórias de pesquisa no tema.

Este relatório possui 4 seções, além desta introdução. Apresentamos na próxima seção, em traços gerais, os campos de investigação e os desafios metodológicos encontrados em cada um deles. Em seguida, fazemos uma breve apresentação de nosso quadro analítico, com especial atenção para a literatura mais recente sobre a atuação de grupos armados na cidade do Rio de Janeiro. Em sequência, apresentamos os principais resultados do trabalho de campo e o quadro comparativo, que sintetiza os resultados. Por fim, apresentamos a conclusão.



# CONTEXTUALIZAÇÃO

## das dinâmicas de violência urbana e de atuação de grupos armados no Rio de Janeiro

A bibliografia especializada (BARBOSA, 2005; MACHADO DA SILVA, 2010; MISSE, 1999; ZALUAR, 1985) argumenta que desde o final dos anos 1970, quadrilhas de jovens armados controlam o varejo da venda de drogas ilícitas em favelas e periferias da cidade do Rio de Janeiro. Seu poder está estruturado no uso da força como elemento de coordenação das relações sociais e da vida cotidiana (MACHADO DA SILVA, 1999), subalternizando as populações que vivem nas áreas por eles controladas. A disputa pelos pontos de venda com outros grupos de traficantes de drogas ilícitas e a constante negociação com a polícia para sua atuação - em acordos cujas condições são muitas vezes definidas a partir de confrontos bélicos (MENEZES, 2018; MISSE, 2018)- levaram a constantes conflitos armados que causaram milhares de mortes ao longo dos anos, bem como tornaram a vida dos moradores de favela do Rio de Janeiro algo imprevisível, marcado por rupturas na rotina, medo, apreensão e silenciamento (CARVALHO, 2018; FARIAS, 2008; LEITE et al., 2018a; MACHADO DA SILVA, 2008; ROCHA, 2013). Também como resultado das disputas territoriais, as quadrilhas passaram a se organizar em faccões, com disputas e aliancas que se alternam ao longo das décadas e com relações diferentes com grupos criminosos e facções tanto no Rio de Janeiro quanto no resto do país.

Em torno do mesmo período, grupos de milicianos se organizavam para atuar de forma territorializada, sobretudo na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro e em algumas cidades da Baixada Fluminense. O que entendemos atualmente como "milícia" é uma descendência direta da "polícia mineira" – grupo de policiais e militares atuando como matadores a servico de comerciantes locais, que por sua vez descendeu dos grupos de extermínio atuantes sobretudo na Baixada (ALVES, 2003). Já em sua versão territorializada, a experiência em Rio das Pedras foi uma espécie de "gênese", um modelo bem-sucedido seguido por outros grupos, e que atuariam como oposição aos grupos de traficantes de drogas (MESQUITA, 2008; MISSE, 2011; POPE, 2022a; WERNECK, 2015; ZALUAR; CONCEIÇÃO, 2007). Segundo Alves (2003), é a partir do momento que esses grupos de extermínio passam a atuar na política, elegendo parlamentares e criando assim um braco institucional para sua atuação, que eles se tornam milícias. Tais relações institucionais produzem redes de influência junto a policiais, políticos, líderes comunitários e funcionários do estado, que tanto garantem o acesso a recursos quanto diminuem conflitos e riscos inerentes a esse tipo de atuação (ARIAS, 2013; ARIAS; BARNES, 2017; HIRATA et al., 2020; POPE, 2022a, 2022b). É por meio da capacidade de intermediação e das "relações de conhecimento" (MENDONÇA, 2014) que os grupos milicianos conseguem garantir a circulação e o exercício das rotinas dos moradores - a famosa "tranquilidade" que é central para aceitação e legitimação das milícias (ARAÚJO, 2017; BURGOS, 2002; MESQUITA, 2008). Por fim, milicianos são conhecidos por comercializarem diversos "recursos" e servicos, que exploram de forma monopolista: seguranca, extorsão, habitação, fornecimento de água, gás, internet, transporte complementar e televisão a cabo (gatonet), entre outros (CANO; DUARTE, 2012; CANO; IOOTY, 2008; HIRATA et al., 2020; ZALUAR; CONCEICÃO, 2007).

Mas ainda que concorrendo enquanto formas de dominação territorial de áreas periféricas, milícias e facções de tráfico de drogas possuíam representações sociais bem distintas: enquanto o traficante de drogas era a personificação do terror e do inimigo da sociedade (MACHADO DA SILVA, 2010), o miliciano incorporava o ideal de protetor da comunidade, ou pelo menos de mal menor, comparado com o tráfico (CANO; IOOTY, 2008). Na "metáfora da guerra" (LEITE, 2000, 2012) que descrevia a política de segurança do Rio de Janeiro nas décadas de 1980, 1990 e 2000 e sua legitimidade, o traficante era o inimigo a ser combatido, e não o miliciano.

Contudo, nos últimos 15 anos mudanças foram observadas nesse cenário. Em 2008 o Projeto de "Pacificação" de Favelas foi iniciado, com o objetivo de instalar permanentemente Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) em favelas específicas. Seus efeitos, ainda que o projeto tenha sido encerrado dez anos depois, são observados até os dias atuais: aumento da vigilância e controle sobre a rotina dos moradores, reorganização do tráfico de drogas, aumento da mercantilização de territórios nas favelas, aumento da militarização da vida (CARVALHO, 2018; LEITE, 2018; MENEZES, 2018; MIAGUSKO, 2018; ROCHA, 2018).

Também em 2008 uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) foi instaurada para investigar e punir a atuação de milicianos na Zona Oeste. Essa iniciativa prendeu mais de 200 pessoas entre políticos, policiais e civis, fazendo com que os grupos milicianos fossem obrigados a modificar radicalmente algumas práticas anteriormente estabelecidas. O domínio territorial, ainda que menos ostensivo que no passado, manteve-se, assim como algum tipo de coação aos moradores e a motivação pelo lucro individual. Por outro lado, o discurso de legitimação que existia e a posição de chefia de agentes públicos, foi se modificando. Com a finalidade de dificultar a criminalização, os grupos milicianos passaram a agir "no sapatinho", optando pela discrição e pouca ostensividade, mas ainda sim perigosos (CANO; DUARTE, 2012).

A relação entre o projeto das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) e a reestruturação e expansão das milícias também já foi descrita pela literatura (ARIAS; BARNES, 2017; ROCHA; MOTTA, 2020). De 2008 a 2015 das 38 UPPs instaladas, a maior parte foi em áreas do Comando Vermelho (CV), algumas poucas em áreas de Amigos dos Amigos (ADA), apenas uma em área de milícia (favela do Batan) e nenhuma em área de Terceiro Comando Puro (TCP). Dessa forma, não houve confrontação direta por parte dos agentes estatais em área de milícia, o que contribuiu para que os milicianos se consolidassem nos territórios já ocupados e expandissem seu domínio para outras áreas da cidade.

Entre 2015 e 2018, uma série de eventos remodelaram as relações entre crime, Estado e moradores de favela. O projeto de "pacificação" entrou em uma crise generalizada, impulsionada pela crise do governo do estado de 2015, fazendo com que a lógica situada de "tutela militarizada" (OLIVEIRA, 2014) fosse substituída pelo confronto direto. No ano seguinte, as facções Comando Vermelho (CV) e Primeiro Comando da Capital (PCC) romperam uma antiga aliança, reorganizando o crime local e nacionalmente. A facção paulista começou a for-

necer armas e drogas para as faccões ADA e TCP e intermediar um acordo de paz entre elas para rivalizar com o CV (MANSO; DIAS, 2018). Ainda em 2017, após o fracasso do acordo de paz entre as faccões cariocas e com o apoio do PCC, uma debandada de traficantes do ADA passou a integrar o TCP, fazendo desta facção a segunda major do estado (DA MOTTA, 2020). No mesmo ano, observou-se uma intensificação das disputas entre quadrilhas do tráfico de drogas, o aumento do roubo de carga e um aumento substancial dos homicídios na cidade no Rio de Janeiro (HIRATA, 2019; MACHADO DA SILVA; ME-NEZES, 2020). Já em 2018 é decretada a Intervenção Federal na Segurança Pública do Rio de Janeiro, e o então presidente Michel Temer nomeia o general do Exército e ex-comandante do Comando Militar do Leste, Walter Braga Netto como interventor<sup>2</sup>. Em seguida, mais da metade das UPPs foi fechada, encerrando o ciclo da "pacificação" na cidade – e abrindo uma nova temporada de mega operações policiais e chacinas com números recorde de mortes<sup>3</sup>, que se estendeu do período da Intervenção (encerrada em 31 de dezembro de 2018) para os governos Wilson Witzel (2019-2021) e Claudio Castro (2021 até hoje). Se oficialmente a Intervenção representou o fim das UPPs, é verdade que ela manteve como princípio operativo a militarização da seguranca pública, bem como o foco de atuação continuou sendo as favelas com presenca de traficantes de drogas, sobretudo do CV. As áreas de milícia permanecem desfrutando de "vantagens políticas" garantidas pela menor quantidade de operações policiais (HIRATA et al., 2020).

Assim, a Intervenção pode ser lida como o momento de consolidação de uma forma de gestão das populações faveladas e periféricas baseada no aprofundamento da violência estatal, na qual a militarização se dissemina enquanto elemento ordenador da vida social (LEITE et al., 2018b; ROCHA, 2018) e a guerra deixa de ser uma metáfora para se estabelecer como o modo atual de governar e gerir - em um modelo colonial - a vida urbana (MAGALHÃES, 2020; MBEMBE, 2003).

<sup>2</sup> Braga Netto foi secretário de segurança presidencial e chefe da Casa Militar da Presidência da República, no governo de Dilma Rousseff (2010-2016), coordenador geral da Assessoria Especial dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016 (até 2015), coordenador geral de Defesa da Área dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016 (2016) e, posteriormente, chefe do Estado Maior do Exército (2019 e 2020) e ministro da Casa Civil em 2020, ambos no governo de Jair Bolsonaro (2018-2022), tornando-se depois seu candidato a vice-presidente na eleição de 2022.

<sup>3</sup> Segundo dados do Observatório da Intervenção (OBSERVATÓRIO DA INTERVENÇAO/CENTRO DE ESTUDOS DE SEGURAN-ÇA E CIDADANIA DA UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES, 2019) em seis meses de intervenção cresceu o número de tiroteios na cidade (de 3.477 nos seis meses pré-intervenção para 4.850 nos seis meses seguintes à intervenção), foram registradas 31 chacinas com 130 mortos, 742 mortos e 620 feridos em tiroteios, 736 pessoas mortas pela polícia e contabilizados 81 mortos durante as ações do Exército. O Governo de Claudio Castro mantém e aprofunda essa situação, alcançando o número de 182 mortes em 40 chacinas apenas em seu primeiro ano de governo (HIRATA, 2022).

A disseminação da guerra como uma tecnologia de governo territorial se expressa concretamente nos dados levantados por Hirata et. al (2020) para o ano de 2019, que classificam 35% dos bairros do Rio de Janeiro como territórios "em disputa" (o que representa 25,7% do território da cidade e 41,4% de sua população). Essas localidades são palco de confrontos armados entre diversos grupos - de traficantes de drogas ilícitas de distintas facções, entre facções e as forças policiais e/ou grupos milicianos, e também entre grupos de milicianos. Cabe destacar que, ainda segundo a pesquisa citada, 45,5% das operações policiais acontecem em territórios "em disputa", 40,9% em territórios sob controle da facção de tráfico de drogas Comando Vermelho, 7,1% em áreas sob controle de outras facções e apenas 6,5% em territórios sob controle de milícias (HIRATA et al., 2020, p. 14), o que representa uma "vantagem política" para os grupos de milicianos em relação às facções de traficantes de drogas, especificamente o Comando Vermelho (2020, p. 15).

É neste novo contexto, de reorganização das dinâmicas de violência urbana, ação estatal e controle territorial, que realizamos esta pesquisa, com o objetivo de compreender os efeitos dessa reorganização na vida cotidiana de moradores de favelas e periferias cariocas.

2

# DESENHO DE PESQUISA

## e questões metodológicas.

A partir de revisão bibliográfica e dados de pesquisas preliminares formulamos como hipótese a existência no Rio de Janeiro atualmente de três "tipos" de territórios marcados pela presença de grupos armados, mas com dinâmicas diferentes em termos de suas práticas territoriais. Seriam eles:

- territórios consolidados sob domínio de um tipo de grupo armado (facção ou milícia) sem confrontos;
- territórios consolidados sob domínio de um tipo de grupo armado (facção ou milícia), mas com confrontos;
- 3 territórios em disputa;

Assim, selecionamos os territórios a serem pesquisados a partir dessa tipologia, aprofundando a investigação nos locais onde os pesquisadores envolvidos no projeto já tinham trabalho de campo iniciado ou abrindo trabalhos de campo nos territórios que identificamos como um dos tipos mencionados (também como hipótese, a ser testada nessa pesquisa). Dessa forma, a pesquisa foi realizada em seis territórios, dois para cada um dos tipos de presença de grupos armados listados acima.

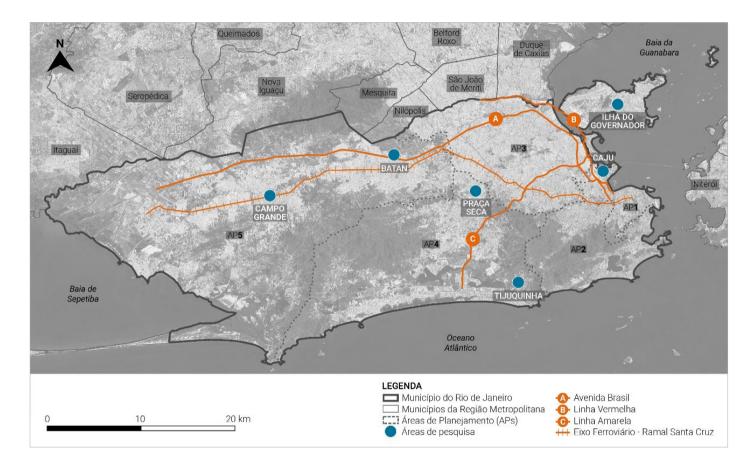
Importante destacar que este relatório foi produzido por pesquisadores em diferentes níveis de sua formação acadêmica e trajetórias nos campos de pesquisa – alguns trabalhos de campo foram iniciados há alguns anos, em projetos anteriores, outros foram iniciados para a realização deste projeto. Esse aspecto representou uma pluralidade nas percepções e contribuiu para estabelecermos uma linha temporal maior do que o contemplado pelo cronograma deste projeto. Por outro lado, implicou em uma assimetria analítica entre as diferentes localidades - alguns campos que estavam em estágio mais avançado de desenvolvimento puderam oferecer mais elementos analíticos frente àqueles em que iniciávamos o processo de observação e acompanhamento.

Uma das preocupações da equipe de pesquisa foi com a segurança – tanto de pesquisadores quanto de nossos interlocutores. Dessa forma, a realização da pesquisa de campo requereu um cuidado no tratamento com os interlocutores - e em se tratando de temas como o da violência urbana, em especial do "cerco" estabelecido por traficantes e milicianos, precisamos de um cuidado redobrado e uma atenção especial no contato e na abordagem. Dessa forma, as entrevistas que foram realizadas se deram na maioria das vezes sem o uso do gravador e fora dos locais de moradia dos entrevistados. Denominamos como "conversas informais" todos os relatos de interlocutores nos quais o uso do gravador não foi possível

Os seis territórios investigados neste projeto nos permitiram construir um quadro que indica diferentes "cercos" e "precariedades" que moradores de favelas estão submetidos em seu cotidiano, seja pelo domínio armado de facções criminosas ou de grupos de milicianos. Nossa pesquisa se dedicou a compreender esses fenômenos a partir de um trabalho de campo qualitativo, modulado conforme as condições de segurança e acesso que cada um dos pesquisadores possuía e, também, de acordo com as características dos territórios.



# Localização dos territórios pesquisados na cidade do Rio de Janeiro



Mapa de autoria de Luciana Ximenes.

Os territórios investigados são (em ordem alfabética):

## 2.1 Jardim Batan

A favela do Jardim Batan possui 23.932 habitantes, com uma quantidade de residências de aproximadamente 7.614 domicílios, segundo o Censo de

2010. Configura-se como uma sub-região do bairro de Realengo, Zona Oeste do Rio de Janeiro, localizado entre o Macico da Pedra Branca e a Serra do Mendanha. A presente favela foi controlada pela faccão Amigos dos Amigos (ADA) até 2007, quando foi invadida por um grupo de milicianos, e atualmente se encontra em disputa entre a união Terceiro Comando Puro (TCP) e Milícia versus Amigos dos Amigos (ADA). O trabalho de campo foi iniciado no final de 2015 e encerrado em junho de 2017. Entre o início de 2018 e meados de 2019 foi retomado e novamente atualizado, em 2022. Na primeira fase da pesquisa a entrada em campo se deu a partir de relações de conhecimento que o pesquisador já tinha com moradores locais e por meio de um survey financiado por uma parceria entre a Universidade de Stanford e o Observatório de Favelas. Nesse período a favela estava ocupada pela Polícia Militar, através da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), o que facilitou a entrada, a permanência e a circulação na localidade, tendo sido realizadas conversas informais tanto com moradores comuns quanto com liderancas comunitárias e autoridades policiais. Na segunda fase, o pesquisador já tinha conhecimento da favela, o que o auxiliou na circulação do campo sem a necessidade de um interlocutor mediador ou uma identificação institucional. O campo foi interrompido quando os conflitos e as disputas faccionais se acentuaram em medos de 2019. Por questões de seguranca, neste momento o pesquisador não retornou presencialmente ao campo, concentrando seu trabalho no acompanhamento dos interlocutores para atualização das informações anteriormente coletadas.





Mapa de autoria de Luciana Ximenes.

## 2.2 Caju

O Caju é um bairro da Zona Portuária da cidade do Rio de Janeiro e abriga construções da época do antigo império português. Atualmente tem nove sub-localidades: Quinta do Caju, Parque Nossa Senhora da Penha, Clemente Ferreira, Vila dos Sonhos, Parque Conquista, Parque São Sebastião, Parque

Boa Esperança, Parque da Alegria e Vila do Mexicano, contando com uma população de 20.477 habitantes, segundo o censo 2010. A maioria delas, neste momento, é área de atuação da facção criminosa Terceiro Comando Puro (TCP). O trabalho de campo para esta pesquisa foi iniciado em março de 2022, mas uma das pesquisadoras já tinha realizado campo no local em 2011. Ainda assim, a equipe encontrou muita dificuldade para convencer os moradores a concederem entrevistas gravadas. Os moradores parecem ter muito receio em falar sobre o local, ainda que o convite seja para falar sobre a história do Caju, sem menção às dinâmicas criminais ou de segurança pública. Não obstante, foram realizadas seis visitas a campo, duas entrevistas formais e cinco conversas informais com guatro interlocutoras diferentes.





Mapa de autoria de Luciana Ximenes.



#### 2.3 Campo Grande

Campo Grande, além de ser o bairro mais populoso do Rio de Janeiro, detentor de uma população de cerca de 328.370 habitantes e mais de 120.049 domicílios, segundo o censo de 2010, é também profundamente heterogêneo e plural. Suas proporcões quase de cidade evidenciam uma região dividida em várias subáreas que experimentam contextos, histórias e situações distintas. O bairro tem um passado que remonta ao mundo rural, nacionalmente conhecido pela produção de cana e de laranja até sua urbanização na década de 1960 quando se tornou uma região industrial. Além desse caráter industrial, Campo Grande se notabilizou por abrigar diversos funcionários públicos, especialmente das forças auxiliares do Estado, como policiais e afins. A delimitação territorial para essa pesquisa se deu a partir do que chamamos de "região central" de Campo Grande e suas adjacências. O critério para essa escolha ocorreu em função de ser uma região altamente populosa e ser controlada pelo mesmo grupo criminal, a milícia Liga da Justiça. O campo teve início em março de 2022 e por medida de segurança, a pesquisa tem se concentrado em entrevistas e conversas informais com moradores. Uma das estratégias acionadas pelo pesquisador para limitar os riscos para si e os outros foi realizar as entrevistas fora do bairro. Outra estratégia tem sido levantar dados secundários, como notícias de jornal e documentos oficiais, para compor os dados da investigação.





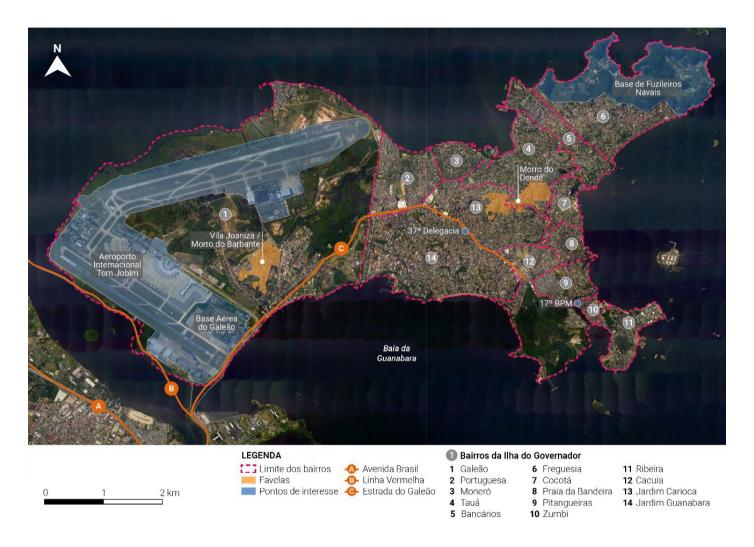
Mapa de autoria de Luciana Ximenes.

#### 2.4 Ilha do Governador

A Ilha do Governador é um bairro da Zona Norte do Rio de Janeiro com uma população de 212.574 habitantes, segundo o censo de 2010. O principal complexo de favelas da região é o morro do Dendê, localizado na região central do bairro e que se espraia por outros sub-bairros: Moneró, Jardim Carioca, Cocotá, Cacuia, Tauá e Bancários. Todas as favelas da Ilha do Governador estão sob domínio da facção criminosa Terceiro Comando Puro, exceto Vila Joaniza/Morro do Barbante, no bairro do Galeão, pertencendo ao Comando Vermelho. O trabalho de campo foi iniciado em março de 2022. Não é possível quantificar as idas a campo, pois a pesquisadora também é moradora da Ilha do Governador. Além disso, o Dendê como foco na pesquisa não está limitado à sua área territorial, pois ele abrange diversas localidades. Assim, como opção metodológica, escolheu-se observar as ações de grupos criminosos que controlam essa favela e as demais da região e que, muitas vezes, ultrapassam os limites entre "favela" e "asfalto". Foi realizada uma entrevista semiestruturada com um interlocutor e foram realizadas observações e conversas informais com contatos pessoais da pesquisadora, motoristas de aplicativos e comerciantes, além de relato pessoal.



## Ilha do Governador



Mapa de autoria de Luciana Ximenes.

## 2.5 Praça Seca

A Praça Seca é um bairro localizado na Zona Oeste, pertencente à grande área de Jacarepaguá. De acordo com o Censo do IBGE de 2010, a população



do bairro é de 64.147 habitantes e 17 favelas estão localizadas na região que faz fronteira com bairros da Zona Norte (Vila Valqueire, Campinho, Cascadura e Quintino) além do Tanque, outro sub-bairro de Jacarepaquá. As favelas escolhidas como campo principal da pesquisa são Favela da Chacrinha, Morro São José Operário (Morro da Barão) e Favela do Bateau Mouche (Batô), favelas que convivem com intensas disputas entre o Comando Vermelho e a milícia. O trabalho de campo foi iniciado, de forma exploratória, em 2019. Desde então, o acompanhamento é realizado, principalmente, através de jornais e redes sociais, tendo como foco notícias e informações sobre as disputas pelo controle territorial dessas três favelas e os efeitos para o cotidiano da população do bairro de forma geral. A partir de 2022, com o afrouxamento das medidas de restrição sanitária de controle da Covid-19, a pesquisadora passou a ir ao campo de forma regular, pelo menos uma vez a cada quinze dias, totalizando dez idas ao bairro para observar e conversar de forma informal com moradores e integrantes de três coletivos culturais que atuam na localidade. Dentre as conversas realizadas durante a observação em campo foram realizadas quatro entrevistas sem o uso de gravador, e três entrevistas registradas em gravador.





Mapa de autoria de Luciana Ximenes.

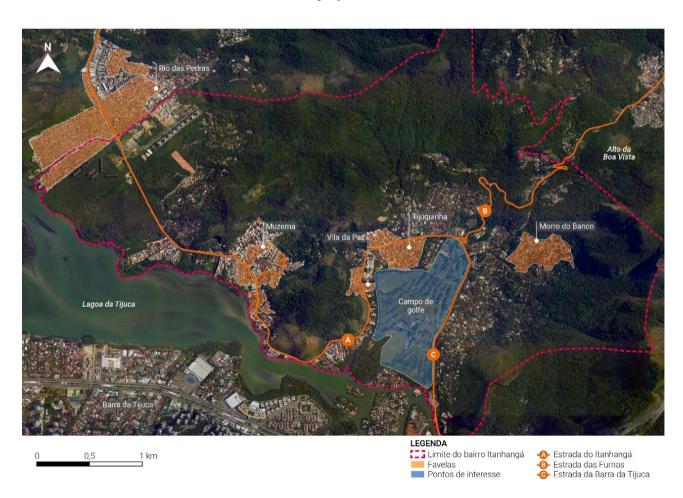
## 2.6 Tijuquinha

A Tijuquinha é uma favela localizada no bairro do Itanhangá, na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, na fronteira com a Barra da Tijuca e ao lado de um campo de golfe. Segundo o censo de 2010, sua população é de 5.837 habitantes. A região é área de atuação de uma milícia com origem local, composta por moradores ligados às forças policiais. As idas ao campo começaram em 2012 e aconteceram, em geral, às segundas-feiras, nas quais o pesquisador permaneceu durante todo o dia. A opção por esse dia da semana se deu em virtude

da agenda de trabalho dos pescadores, trabalhadores de praia, comerciantes e músicos, que eram os interlocutores privilegiados na pesquisa. Não foi possível quantificar as idas ao campo tendo em vista que o trabalho vem sendo realizado pelo pesquisador desde 2012. Por motivos de segurança e para a preservação das relações entre o pesquisador e a localidade, não houve entrevistas com uso do gravador. As informações coletadas foram capturadas por meio de observação e conversas informais sobre a percepção dos moradores acerca da questão da violência e da segurança.

MAPA 7

Tijuquinha



Mapa de autoria de Luciana Ximenes.



3

## **RESULTADOS**

Apresentamos nesta seção os resultados da pesquisa, organizados a partir das categorias que nortearam nossa investigação, a saber: i) Forma da presença no território - mais ou menos ostensiva; ii) Relação com as organizações locais; iii) Composição social do grupo de criminosos (característica de seus componentes); iv) Recursos econômicos explorados (venda de drogas no varejo, serviços, ocupação imobiliária, extorsão de comerciantes, recursos naturais, dentre outras); v) Relação com a população local, tendo como foco prioritário as relações de gênero e geracional.

Nossa hipótese era que tais dimensões seriam impactadas diretamente pelo tipo de "cerco" existente no local, classificados inicialmente como "de milícia" ou "de tráfico de drogas". Porém, tínhamos também como hipótese que o tipo de "cerco" é atravessado por outra importante dimensão, que é a consolidação do controle territorial, em oposição a um território em disputa por diferentes grupos armados. Assim, distintos territórios em que facções de traficantes de drogas ilícitas atuam podem ter dinâmicas similares ou diferentes, dependendo se no momento estão sendo alvo de disputa ou não. Desconfiávamos também que o mesmo tipo de modulação deveria ser feito em territórios de atuação de milícias, dado que esses também têm estado em disputa, conforme dito anteriormente.

É importante destacar que o que chamamos de território sob controle consolidado expressa uma situação provisória, pois o que definiria a atual configuração dos "regimes territoriais" no Rio de Janeiro em sua história recente é a instabilidade – que se cristaliza na ideia de "guerra" como tecnologia de governo e na classificação de territórios "em disputa", como já citado. Ainda assim, separamos analiticamente os territórios em que tal disputa se dá de forma recorrente daqueles territórios em que os confrontos não acontecem de forma rotineira – ainda que disputas possam estar latentes, esperando mudanças nas configurações de poder acontecerem.

Assim, na apresentação dos resultados buscamos contrastar os seis casos investigados, a partir da seguinte classificação:

Localidade	Tipo de "cerco"	Tipo de "ocupação territorial"
Batan	Tráfico	Em disputa
Campo Grande	Milícia	Consolidado e sem confrontos ocasionais
Caju	Tráfico	Consolidado, ainda que com confrontos ocasionais
Ilha do Governador	Tráfico	Em disputa
Praça Seca	Milícia	Em disputa
Tijuquinha	Milícia	Consolidado e sem confrontos ocasionais

## 3.1 Forma da presença no território

Nesta seção nosso interesse voltou-se para como o controle armado se apresenta no território, como se faz visível ou invisível (ou em quais circunstâncias) tanto para quem mora nessas localidades quanto para quem é "de fora". Para tanto, acionamos igualmente os relatos de moradores entrevistados, as falas captadas em campo sob o "clima" da localidade (CAVALCANTI, 2008) em determinados momentos – que em alguns casos se manifestavam como "rumores" (MAGALHÃES et al., 2019; MENEZES, 2020), notícias veiculadas na mídia convencional e nas redes sociais e a percepção dos/as pesquisadores/as.

Assim, em termos da forma como os grupos armados se apresentam nos territórios pesquisados, observamos que, em comum, os moradores (assim como os pesquisadores em campo) relataram a sensação de estarem constantemente sob vigilância e monitoramento. Para tanto, as armas e outros indicadores (como os radinhos<sup>4</sup> e coletes<sup>5</sup>) podem estar presentes ou não; neste segundo caso, até a identificação de quem seria membro do grupo armado torna-se mais complicada. Destarte, classificamos as formas de presença territorial como "Ostensiva", isto é, com presença de armas e uma identificação mais clara dos membros dos grupos armados, e "Difusa", sem a presença de armas e/ou outros indicadores e onde a identificação de quem são os membros do grupo armado seria mais difícil.

Conforme nossas hipóteses, os locais classificados pela equipe da pesquisa como territórios consolidados apresentaram uma forma de presença territorial mais "difusa"; porém com importantes diferenças entre os locais sob controle de facções de traficantes de drogas e sob controle de grupos de milicianos.

## Tijuguinha

Na localidade da Tijuguinha, onde as milícias atuam há muito tempo e não há registro de confrontos armados, foi preciso que um morador apontasse discretamente para nosso pesquisador os milicianos que estavam vigiando a rua, porque ele não conseguiu fazer a identificação sozinho. Contudo, após localizar quem eram e onde estavam os milicianos, o pesquisador relatou que a atmosfera local se tornou mais pesada, com a vigilância sendo impossível de ignorar. Segundo os relatos obtidos nessa ocasião, todos que frequentam o território "aprendem" quem são os milicianos, com o tempo. Mas aqueles que possuem relação econômica com os grupos armados - seja porque alugam casas que pertencem ao grupo, porque utilizam do serviço de transporte controlado por eles, entre outros exemplos - por serem os que se relacionam diretamente com eles, precisam adquirir com maior precisão essa capacidade de leitura de "quem é quem". Aqueles considerados com comportamentos disruptivos, que estariam em desacordo com as regras impostas pelo grupo miliciano, são alvo mais ativo da vigilância que esses exercem, sendo mais diretamente afetados por essa opressão: são a "molecada" do bairro.

<sup>4</sup> Como forma de comunicação entre os membros de um grupo armado é comum o uso de aparelhos radiocomunicadores de baixa frequência.

<sup>5</sup> Particularmente em áreas sob controle de milicianos os membros do grupo podem usar coletes identificados como "apoio" ou "segurança", como forma de identificação, em uma tentativa de dar ares de "formalidade" à sua atuação.

Vale ressaltar, contudo, que esse conhecimento é tácito, no sentido de ser o suficiente para a "navegação" dos indivíduos pelo espaço, evitando confrontações desnecessárias e acionando a proteção oferecida quando preciso. Os moradores da Tijuquinha, quando se referem aos milicianos que ali atuam, utilizam mais frequentemente os nomes próprios que o pertencimento desses a grupos conhecidos – como a "Liga da Justiça" ou os "Bondes". A relação entre território e controle armado é mais pessoalizado, e mencionado em conversas privadas ou na base do "rumor" (MAGALHÃES et al., 2019; MENEZES, 2020), do que algo afirmado em público ou reconhecido – mais próximo de um registro "doméstico" que de um "assunto público" BOLTANSKI; THEVENOT, 1991.

Cabe ressaltar que, por outro lado, há uma presença ostensiva no território, vinda da Polícia Militar. Não é difícil ver na localidade camburões circulando, com policiais portando seus fuzis para fora das janelas. Para alguns moradores, especialmente aqueles que podem vir a ser classificados como disruptivos da ordem (homens da classe trabalhadora, particularmente aqueles frequentadores de bares e outros espaços públicos), a presença de policiais militares faz o papel de vigilância ostensiva que os milicianos não chegam a fazer. Abaixo um diálogo observado durante o trabalho de campo, entre um morador da Tijuquinha e um morador de Rio das Pedras (também localidade sob controle de grupos milicianos), indica a função que a presença de policiais militares exerce na localidade:

- Agora tem esses caras aí ó.
- É foda... só vem polícia bundão pra cá.
- Eles passam olhando ainda né...
- Faz segurança pra bicheiro... não matam ninguém. Vem aqui pra desfilar. Os de lá de RP (Rio das Pedras) que são o cão. Qualquer coisa mata (*Registro de caderno de campo*) <sup>6</sup>.

Assim, nessa localidade onde a presença do grupo armado é difusa, o conhecimento sobre quem é miliciano, quem é policial e o que cada um desses

6 Ambos os homens possuem entre 40 e 50 anos, um branco e o outro negro.

indivíduos representa no território é fundamental para a "navegação" dentro dessa dinâmica. A presença difusa não significa que o ambiente é considerado por quem mora ali ou o frequenta menos vigiado, apenas que tal vigilância é exercida de forma mais sutil – o que exige maior capacidade de leitura do ambiente e suas dinâmicas.

#### Campo Grande

Em Campo Grande o território está sob controle de um tradicional grupo de milicianos composto por policiais, bombeiros, agentes penitenciários e também por pessoas de fora das forcas policiais, a "Liga da Justica", que atua na localidade desde meados dos anos 1990. Dessa forma, o controle sobre a localidade foi classificado por nós como "consolidado". Consequentemente, a forma de presenca territorial do grupo foi classificada como difusa, apresentando-se de forma discreta. Em um primeiro olhar não é fácil reconhecer quem são os milicianos, pois não há nenhum traço distintivo que o identifique como tal. Qualquer pessoa pode, a princípio, ser um miliciano. Mas, apesar de não ser fácil identificá-los, o grupo exerce forte controle sobre o território – que poderia ser classificado como de modelo panóptico, nos termos de Foucault (1977). Ou seja, as pessoas que compõem a milícia não são facilmente percebidas pelos moradores, mas sabe-se que estão ali, ainda que "camuflados". E é essa camuflagem que garante o sucesso no monitoramento e a vigilância do cotidiano do bairro, garantindo que a "segurança" oferecida pelos milicianos seja considerada pelos moradores como eficiente. De uma maneira geral, há uma promessa de segurança que se cumpre na prática e que faz com que os moradores se sintam seguros do seu lugar de moradia, como mostra o trecho de uma entrevista:

Por exemplo, na rodoviária eles não andam armados, mas eles andam com rádio. Então eles estão se comunicando a todo tempo. Nas ruas e tal, tem sempre alguém [deles]. Eu sempre falo, eu saía de bares às vezes de madrugada e não tinha condução. Eu ia a pé às vezes para a casa do calçadão para a minha casa é 20 minutos andando, bêbado então você vai voando né, você nem sente. E aí às vezes eu falava, eu voltava para a casa bêbado com dinheiro no bolso, celular e não acontecia nada e até hoje não acontece. [...] até Uber mesmo quando eu pego Uber da casa da [nome da namorada] para a minha casa eles preferem fazer o contrário, do que da minha casa para lá. Eles falam "ah, eu gosto de pegar corrida para Campo Grande, porque Campo Grande é tranquilo" [Entrevista com homem negro, por volta dos 30 anos].

Assim, por ser um local de atuação de grupo miliciano já consolidado, Campo Grande desfruta das "vantagens políticas" (HIRATA et al., 2020, p. 15) de não sofrer com confrontos armados advindos de disputas entre grupos armados ou entre esses e as forças policiais, o que permite que a presença territorial do grupo seja do tipo difusa, sem a apresentação ostensiva de armas e/ou outros indicativos dessa presença – ainda que a sensação de vigilância e monitoramento seja firme e constante. Na localidade onde o tipo de controle territorial também é consolidado, mas que o grupo armado é do tipo facção de traficantes de drogas, a presença desse grupo armado é ostensiva, como veremos a seguir no caso do Caju.

#### Caju

Ao longo de sua história o bairro do Caju foi palco de muitas disputas de faccões rivais pelo controle da venda de drogas ilícitas no local. Atualmente controlado pela facção Terceiro Comando Puro (TCP), ainda que esse controle seja considerado consolidado (dentro da instabilidade que caracteriza as dinâmicas criminais e de ocupação territorial no Rio de Janeiro), na percepção dos moradores a localidade está sob permanente ameaça de invasão/confronto. O Comando Vermelho (CV) representa a principal ameaça aos traficantes locais, dada a proximidade entre as favelas do Arará e Barreira do Vasco, controladas por essa facção rival. Na fronteira entre esses territórios é possível observar a exposição ostensiva de armas, bem como a presenca dos rapazes do "radinho". De forma semelhante, nas entradas para acesso de carros de algumas localidades dentro do Caju é possível notar a presença de indivíduos controlando a circulação de carros e motos, que só é permitida quando o motorista é identificado como morador. Neste "posto de controle" é exigido que os condutores de moto entrem sem capacete e os carros devem estar com os vidros abertos e luz interior acesa. Os moradores também afirmaram que não utilizam equipamentos de GPS e câmeras no painel dos carros, para que não sejam confundidos com "inimigos" gravando a localidade.

Vale ressaltar que, ainda que a preocupação como uma possível invasão do CV seja tematizada por muitos dos interlocutores da pesquisa, atualmente a grande maioria dos confrontos armados ocorrem em função de operações das Polícias Civil e Militar.

Em função da necessidade constante do grupo armado local de "defender" seu território, a espacialidade do Caju é marcada por traços e registros físicos que remetem à cenários de guerra. Barricadas foram colocadas recentemente em algumas entradas, e segundo os "rumores" locais o motivo é dificultar uma possível

invasão, seja de outra facção ou da própria polícia. Algumas ruelas internas foram fechadas com portões e cadeados para evitar a circulação de membros do grupo de tráfico de drogas ilícitas. Em um dos casos a ordem veio do comando militar que administra a base ali localizada, o Arsenal D. João VI ou Arsenal de Guerra. Em outros, a decisão foi dos próprios moradores, porque parte das casas da favela ficava dentro do terreno do antigo hospital federal São Sebastião, totalmente desativado em 2008. Da mesma forma, muitas casas na localidade possuem portões altos, muros com caco de vidro e arames farpados, entre outras evidências da arquitetura de uma "cidade de muros" (CALDEIRA, 2020). Assim, a própria produção do espaço físico no Caju remete à apreensão e preocupação constante com os confrontos armados, mesmo que apenas enquanto possibilidade ou latência – remetendo, portanto, ao conceito de "cerco" mencionado anteriormente (MACHADO DA SILVA, 2008; MACHADO DA SILVA; LEITE, 2007) e ampliando a definição de uma presença territorial ostensiva dos grupos armados para a dimensão espacial.

A diferença observada em termos do tipo de presença territorial do grupo armado atuante em cada localidade – se difusa ou ostensiva – fica evidente quando analisamos os territórios em que atuam a facção de tráfico de drogas ilícitas, onde a presença é bem mais ostensiva, como vimos no caso do Caju. Contudo, há presença territorial ostensiva de grupos armados mesmo em territórios de atuação de grupos milicianos, quando esses territórios estão em disputa - como veremos a sequir, no caso da Praça Seca e do Batan.

## Praca Seca

Conforme descrito na seção metodológica, o trabalho de campo se concentrou em três favelas da Praça Seca: i) o Morro da Chacrinha, que segundo os entrevistados é ocupado pela milícia "desde sempre" ou "desde quando era só a polícia mineira"; ii) Favela do Batô, ocupada por milicianos oriundos do Morro da Chacrinha desde os anos 2000; e iii) o Morro da Barão, sob controle da facção de drogas Comando Vermelho, "inimigos históricos" da milícia. Por essa conformação territorial, que reúne grupos milicianos em expansão e a facção de tráfico de drogas rival, a região tem sido palco de intensos conflitos armados entre grupos que se revezam na disputa pelo domínio das favelas da Praça Seca. Assim, ainda que em boa parte seja considerada "área de milícia", na Praça Seca a presença desses é ostensiva – em oposição ao identificado no Batan e na Tijuquinha.

Na Chacrinha os moradores relataram que é fácil identificar quem são os milicianos, não por características físicas ou sinais de identificação, mas por-

que eles estão "todos os dias no mesmo lugar" - assim, "todo mundo sabe" quem eles são. Tal presença, contudo, não é acompanhada de uma exposição permanente das armas — essas ficam fora da vista dos moradores, a não ser que ocorra "algum problema": aí elas aparecem.

Já o Batô, conforme descrito anteriormente, é considerado um território "em disputa": área de atuação de milicianos oriundos da Chacrinha, portanto território de expansão do grupo miliciano local, e mais recentemente, palco de disputas entre milicianos do Campinho (bairro vizinho) e traficantes do Comando Vermelho. Vale ressaltar ainda que o grupo miliciano que atuou na localidade por um longo período, se fortaleceu a partir de acordos com grupos de traficantes de drogas ilícitas para que esses também atuassem no local, em uma espécie de "operação consorciada" que veremos se repetir em outras localidades – e já identificada pela literatura (DA MOTTA, 2020; HIRATA et al., 2020; MANSO, 2020). Por essas particularidades, segundo os moradores, o grupo de milicianos que atua no local se comporta de forma parecida ao que seria esperado do comportamento de traficantes de drogas: armas aparentes e muita agressividade com os moradores, especialmente na hora de cobrar a taxa de segurança. Eles adentram os becos, semanalmente, gritando "Segurança!", indicando o momento de pagar a taxa.

Por fim, o Morro da Barão é dominado pelo Comando Vermelho e são recorrentes as tentativas de invasão por grupos milicianos, por enquanto sem sucesso, ainda que em alguns momentos nos últimos 20 anos esses tenham conseguido ocupar a localidade por curtos períodos de tempo. Em geral, nesse período, o Comando Vermelho mantém o controle territorial, com a boca de fumo plantada na entrada da favela a poucos metros da viatura da polícia militar.

Nesse sentido, no caso da Praça Seca a presença territorial dos grupos armados atuantes na localidade combina diferentes modalidades: mais difusa nos locais de atuação consolidada de milicianos, mais ostensiva nos locais de atuação de facção de tráfico de drogas e na localidade "em disputa".

#### **Batan**

A relação entre conflito e ostensividade também pode ser observado no caso do Batan. Local de uma das primeiras Unidades de Polícia Pacificadora inauguradas (em fevereiro de 2009), a favela conviveu durante anos com a presença discreta de traficantes de drogas, na compreensão de seus moradores. Mas após o encerramento das atividades da UPP Batan em 2018, o tráfico de drogas voltou a ser ostensivo na localidade, ainda que somente em áreas específicas.

Atualmente um território "em disputa", o Batan é palco de confrontos entre facções que se revezam no controle do comércio local de drogas ilícitas (ora ADA, ora TCP), o que foi paulatinamente expandindo para o restante das áreas da favela a presença de indivíduos armados de forma ostensiva.

Rumores identificados no trabalho de campo indicam também que há no Batan uma milícia "residual", vestígios de um grupo armado que atuou no local nos anos em que o território foi área de atuação de milicianos. Contudo, o que foi dito pelos moradores nessas conversas informais é que os membros desse grupo não têm mais interesse em atuar na localidade da mesma forma que os antigos membros - uma atuação caracterizada por um forte controle moral da rotina e sociabilidade dos moradores (DA MOTTA, 2020; MENDONCA, 2014). Assim, se conformaria na localidade uma espécie de "operação consorciada" entre tráfico e milícia, no qual o primeiro opera o controle territorial – fundamental para a continuidade do comércio de drogas ilícitas -, enquanto o segundo explora economicamente certos recursos locais (cobrando taxas e exercendo o monopólio sobre a oferta de servicos como fornecimento de gás, tv a cabo, abastecimento de água, entre outros). Dessa forma, o tráfico de drogas se apresenta de forma ostensiva e garante a gestão da ordem no território – exercendo, portanto, um controle político –, enquanto a milícia se configura como uma organização quase invisível, porém presente na exploração de serviços e cobrança de taxas. Esse tipo de agenciamento não foi observado em outros territórios investigados (mas apareceu como rumor, no caso da Ilha), porém faz parte de um movimento de reconfiguração das dinâmicas criminais (MANSO, 2020), conforme explica um entrevistado:

A milícia já tá, como qualquer outras, como o Rio das Pedras, como qualquer outro lugar, eles tão se aliando [ao tráfico], cara. Só que, como eu te falei não existe amizade entre essas duas classes. O que existe é interesse. Então assim, a milícia ela existe. Realmente ela existe. Mas, assim... Dentro daquele contexto que eu acabei de falar. São água e óleo que não se misturam, mas que tão ali unidos só pra ter isso aqui ó [levantou a mão e esfregou os dedos fazendo alusão ao dinheiro] (*Entrevista com homem branco, por volta dos 60 anos*).

Assim, ainda que a localidade conte com a presença de um grupo miliciano no local, explorando economicamente os moradores, é a facção de tráfico de drogas que tem sua presença ostensiva identificada pelos moradores, e é a disputa entre facções de traficantes que altera a sociabilidade e a rotina lo-

cais. Dessa forma, embora facção e milícia atuem em "sociedade", é o primeiro grupo que está envolvido nos confrontos armados, enquanto o último continua usufruindo das "vantagens políticas" oferecidas aos grupos milicianos.

#### Ilha do Governador

A relação entre traficantes e milicianos também apareceu no campo realizado na Ilha do Governador, mas com diferenças – aqui existe um claro controle por parte dos grupos de traficantes de drogas, mas alguns rumores em campo dão conta de outras conexões. Desde 2019, quando as principais lideranças da facção de tráfico de drogas ilícitas que atua na maior parte das favelas do bairro foram assassinadas, a Ilha é palco de inúmeras operações policiais, nos vários acessos das localidades, bem como de confrontos entre facções rivais – o Comando Vermelho atua na favela do Barbante/Vila Joaniza, no bairro do Galeão –, enquanto o Terceiro Comando opera em todo o restante das favelas. Recentemente, as ruas da localidade Cocotá (classificada pelos moradores como "bairro", e não favela) transformaram-se em um cenário de batalha, com barricadas pelas vias principais, perseguições e operações, sendo estas realizadas por vários dias seguidos e em locais simultâneos. Por algumas manhãs consecutivas, por exemplo, a população acordou ao som de tiros em áreas identificadas como do "asfalto", algo que era incomum há pouco tempo.

As barricadas nas ruas que dão acesso as favelas já fazem parte do cenário na Ilha, bem como a prática de abordar motoristas – observada no Caju – é corriqueira. Um motorista de aplicativo, em conversa informal com a pesquisadora, contou que um colega havia sido abordado "pelos caras", chegando ao destino da passageira "todo urinado de medo". Outro motorista de aplicativo disse que era proibido subir com o telefone fixado no vidro da janela do carro (para facilitar a visão do equipamento de GPS), pois os traficantes poderiam achar que se tratava de uma filmagem. O "cerco" observado na Ilha (como no Caju) incide diretamente na circulação dos moradores e faz a presença do grupo armado local ser ostensiva e incontornável.

Os diversos confrontos com as forças policiais e as mudanças na hierarquia de comando das facções que atuam no local modificaram o tipo de presença territorial: se antes os traficantes buscavam acobertar mais sua presença, para evitar conflitos e não atrapalhar seus negócios altamente lucrativos, atualmente a experiência da violência cotidiana tem aumentado e se alastrado

para outros territórios, através da experiência do confronto armado, das barricadas e pontos de controle de circulação, entre outros. Quando o principal grupo de traficantes de drogas atuante no bairro era comandando por uma figura de autoridade – reconhecida por sua violência, mas também por seu carisma - o bairro gozava da reputação de ser "tranquilo". Agora, contudo, as relações entre traficantes, policiais e moradores têm se tornado instáveis, duvidosas e vulneráveis, minando o sentimento de segurança daqueles que ali vivem.

Vale ressaltar que em uma das entrevistas realizadas o entrevistado mencionou a existência de um grupo de milicianos atuante em uma favela sob controle de uma facção de traficantes de drogas, mas segundo esse interlocutor essa milícia atuaria apenas para "arrecadar" – no sentido de cobrar taxas e serviços (analisaremos em mais detalhes essa questão na seção sobre exploração econômica do território), mas sem controle territorial. A presença ou não da milícia em favelas da Ilha apareceu de forma pouco clara em seu relato:

Pesquisadora: Mas, você diz aqui [tem milícia]?

Interlocutor: Aqui, por enquanto, não tem. Mas, em outros locais tem.

Pesquisadora: Você não percebe que aqui tem milícia ou ninguém nunca chegou a falar esse nome?

Interlocutor: Você percebe que tem, mas não é aquela milícia que governa; que manda. Tem uma milícia que recebe.

Pesquisadora: Recebe o que exatamente?

Interlocutor: No caso, a propina dos traficantes. Você percebe que tem alguns que recebe isso. Aí, tá notado na cara.

Pesquisadora: Então, como você percebe esse grupo que não é o tráfico?

Interlocutor: Bom... eu não tenho nem olhos para ver, né. Tudo é a mesma coisa. Não tem como diferenciar um do outro porque um é para nos proteger, mas o outro... o outro parece que quer proteger, mas... é muito complicado dizer sobre isso. A gente não sabe. Uma hora parece que está protegendo e tem horas que parece que não está protegendo. Tanto vale para um lado, quanto vale para outro.

Pesquisadora: Entrando mais nesse assunto, tem o tráfico que a gente tem mais uma noção do que é e tem o que parece ser uma milícia. O que difere esses dois grupos na 11 sua percepção? Tem uma atividade específica que um faz que o outro não faz? Ou é mais na maneira de agir?



Interlocutor: É mais na maneira de agir. O que eles fazem é praticamente a mesma coisa, que é tirar dinheiro. Cobranca de taxa, essas coisas. Vans, motos... é a mesma coisa nos dois. Agora, o trato é diferente.

Pesquisadora: Você diz com os moradores ou entre eles mesmos?

Interlocutor: Com os moradores, porque o bandido trata de uma forma e a milícia trata de outra. Milicias têm as regras mais rígidas comparadas aos bandidos. Bandido tem mais liberdade, no caso. Mas, é aquilo. É aquela liberdade que, se você quebrar ou fizer alguma coisa errada, você vai pagar um preco também. Tanto faz para os dois. (Entrevista com homem negro, 25 anos).

Diferente do tipo de relação observada no Batan, aqui tais relações não são estáveis, mas sim um acordo de interesses provisório, que pode ser rompido a qualquer instante. Contudo, ainda não pudemos comprovar a existência dessa milícia com dados etnográficos. Todavia, algumas favelas da Ilha foram citadas no relatório final da CPI das Milícias como sendo locais explorados economicamente por milicianos. No mesmo sentido, pesquisa documental sobre o principal traficante de drogas da localidade, levantou que ele teria uma notória relação com um policial militar expulso da corporação e conhecido por ser um matador de aluquel à servico de um famoso grupo criminoso chamado "Escritório do Crime". Inclusive os dois foram assassinados juntos, em 2019. Segundo a pesquisa documental, a relação entre os dois abrangeria, inicialmente, a intermediação de armas desviadas da polícia, mas, posteriormente, o ex-policial teria se tornado braço direito do traficante, sendo o primeiro responsável por passar para o segundo "práticas milicianas", também segundo os documentos analisados. Alguns efeitos desse ensinamento serão analisados na seção 4.3. Contudo, os dados etnográficos só nos permitem classificar a Ilha como "território em disputa", mas controlado de forma hegemônica por grupos de traficantes de drogas rivais e local de inúmeras operações policiais.

## 3.2 Composição social do grupo armado (característica de seus componentes)

A composição social de cada um dos grupos armados pesquisados nos interessou desde o começo, porque tínhamos como hipótese central que muitas das práticas associadas às facções e quadrilhas de traficantes de drogas ilícitas estariam sendo incorporadas ao *modus operandi* dos grupos de milicianos, e vice-versa. Nesse sentido, uma questão nos animava: nesse novo contexto, o que diferencia um grupo do outro? Ou ainda, qual a diferença entre viver "sob cerco" do tráfico ou da milícia?

Tínhamos também a suspeita de que muito da diferença relatada entre traficantes de drogas e milicianos vinha da representação social de cada um desses agentes, representação informada pela "linguagem da violência urbana" no Rio de Janeiro (MACHADO DA SILVA, 2010). Dentro dessa linguagem, o portador da criminalidade violenta é o "traficante" ou ainda o "traficante de morro" (WERNECK, 2015)— o homem jovem, na maioria das vezes negro, orientado por valores hedonistas, consumistas, usuário de drogas, nascido e criado nas favelas cariocas, de onde exerce seu reinado de violência que muitas vezes "transborda" para as áreas do "asfalto", levando o terror para a cidade (MACHADO DA SILVA, 2008; SOARES; et. al., 1996). A essa representação se oporia a do miliciano: ligado às forças armadas, polícias militar ou civil, não morando em favela, orientado por valores mais "instrumentais" (econômicos e/ou morais, dependendo de quem faz a descrição), violento, mas com uma forma de exprimi-la mais controlada — ou "direcionada". Sua forma de exercer a dominação territorial, portanto, seria diferente da do traficante.

Muitas dessas diferenças e aproximações serão analisadas nas seções sobre a forma como cada um desses grupos se relaciona com a população que habita os territórios em que atuam e suas organizações locais. Mas nesta seção queremos explorar como tais representações, ainda que em mutação, se assentam também em características físicas e sociodemográficas dos membros desses grupos: gênero, idade e especialmente raça. Para tanto, buscamos identificar nos diferentes campos como nossos interlocutores descreveriam membros dos grupos armados atuantes no território.

Em termos de gênero, tanto no tráfico de drogas quanto na milícia o padrão hegemônico é o gênero masculino – ainda que em alguns casos tenha havido menção a mulheres participando dos grupos de traficantes de drogas (no caso do Caju e da Ilha, especificamente), o que não foi observado nos campos onde atuam grupos milicianos<sup>7</sup>. Contudo, quando exploramos as dimensões de ida-

<sup>7</sup> Vale destacar a figura de uma ex-vereadora do Rio, filha de um miliciano, mas cujo envolvimento em grupos de milicianos ainda é objeto de processo judicial. Segundo interlocutores, quando da morte de seu pai quem assumiu os negócios foi seu marido.

de e raça a identificação de padrões se mostrou mais complexa. Enquanto nas áreas de atuação de grupos de traficantes de drogas (Batan, Caju e favelas da Ilha do Governador) a representação do jovem negro permanece vigente, nas áreas de atuação de grupos milicianos esses foram descritos por nossos interlocutores como "pessoas comuns", sendo difícil em alguns casos até discernir "quem é quem". Um trecho extraído de uma entrevista realizada na Praça Seca sintetiza esse argumento:

"Eles são completamente diferentes [fazendo referência aos traficantes]. São pessoas normais. A gente pode estar sentada aqui e estar perto de um. Eles não têm visivelmente um estereótipo que a gente tem de um bandido. Dificilmente você vê arma. Dificilmente ele está de chinelo ou mal-vestido. É uma pessoa comum, que a gente encontra no shopping. Você só vai saber se ver ele todo dia ali, na cobrança, no lugar tal. São jovens, são bonitos, são bem-vestidos, são educados, são inteligentes, mas eles vão na sua porta te cobrar e se você não tiver o dinheiro, eles são truculentos, aí a arma aparece" [Entrevista com mulher branca, 44 anos].

Em Campo Grande e na Tijuquinha, os milicianos também são descritos como "pessoas comuns". Em Campo Grande os milicianos foram descritos como homens mais velhos (diferente do caso da Tijuquinha, como veremos abaixo). Os chefes que inauguraram a atuação da milícia no bairro são dois irmãos brancos que vieram da polícia civil - atualmente esses chefes estão na casa dos 60 anos. Esse grupo também se notabilizara por ter uma organização profundamente parental – ou seja, em caso de prisão ou morte os sucessores são membros da família, filhos, netos, genros, sogros e cunhados. Mas se no passado a cúpula do grupo era ocupada por homens brancos mais velhos e membros mais abaixo na hierarquia sendo homens brancos, negros e pardos, na casa dos 30 e 40 anos, ao longo do tempo o grupo ficou mais "diverso", tendo mais homens pretos e pardos em posições de destaque. Outra observação importante é que o grupo passou a recrutar membros civis; isto é, não oriundos das forças policiais.

Ainda que com mudanças ao longo do tempo, contudo, para os interlocutores ouvidos em Campo Grande os membros do grupo miliciano local são todos "bem-vestidos e que não falam gírias", o que reforçaria a ideia de que "qualquer um pode ser miliciano". Um caso ocorrido com um interlocutor elucida essa pluralidade racial da milícia.

Em uma determinada situação, um interlocutor da pesquisa estava em um bar na parte central de Campo Grande e foi abordado por um homem negro retinto que aparentava pertencer ao grupo de milicianos que dominam a região. Ele se aproximou de mesa em que o interlocutor estava e começou a puxar conversa com o interlocutor e seus amigos com a intenção de "pescar" alguma coisa. O grupo acabara de voltar de um ato político organizado pelos professores de Campo Grande. Dentre os muitos assuntos conversados naguela ocasião, um particularmente chamou atenção do interlocutor. Em tom pejorativo, o suposto miliciano entrou no assunto racismo, sendo ele e os componentes da mesa todos negros com gradações diferentes (negros retintos e pardos mais claros). O suposto miliciano indaga: "E aí a galera fica nesse negócio de racismo, mas todo mundo que eu conheço aqui que tem grana é preto. Tipo o delegado da 35 (Departamento de Polícia) que é preto". O tom da fala, mais do que provocar acerca da questão racial, teve o intuído de mostrar a teia de relações capaz de ser mobilizada pelo grupo miliciano em questão (Registro de caderno de campo).

O fato de o representante da milícia apresentado na entrevista ser negro chamou a atenção do interlocutor, mas menos por não representar o estereótipo do miliciano do ponto de vista da raça, e mais por demonstrar como a
questão racial tem sido incorporada (e invertida de sinal) pela moralidade neoconservadora em voga nos tempos atuais – questão que infelizmente não poderemos explorar no escopo desse relatório.

Já na Tijuquinha os milicianos foram descritos como homens jovens e predominantemente pardos – mais próximo da representação do traficante de drogas – mas ainda assim difíceis de identificar, como descrito na seção anterior que destaca a presença difusa, ainda que asfixiante, dos milicianos no território.

Dessa forma, considerando a totalidade dos campos, o que nos chamou a atenção nessa dimensão da análise foi a atribuição aos milicianos de serem "pessoas comuns". Muitos interlocutores reforçaram que o miliciano "pode ser qualquer um", o que vai ao encontro dos resultados apresentados na seção an-

terior, sobre a presença difusa desses no território em que atuam. Contudo, se qualquer um pode ser miliciano, fica claro que esse não poderá ser um homem malvestido ou que fale gírias, - características que informam a representação estigmatizada do jovem negro morador de favela e, portanto, visto como potencialmente envolvido com a criminalidade (ROCHA, 2012, 2013). Ou seja, pela oposição à imagem racializada e estigmatizada do traficante se constrói a do miliciano e se atribui a ele o status de "pessoa comum". O racismo brasileiro, com toda sua violência estrutural, permanece sendo o principal operador heurístico para definir "quem é quem" na sociedade brasileira – o que tem efeitos devastadores para o debate sobre direitos humanos e o combate à violência estatal (BARROS; FARIAS, 2018; FARIAS, 2008; HIRATA, 2022; MAGALHÃES, 2020) – o que não poderemos explorar no escopo deste relatório.

Sobre esse tema vale ainda uma última mencão: a disseminação das milícias pela cidade do Rio de Janeiro e sua aproximação no campo das práticas violentas com os traficantes de drogas pode estar modificando a representação social do miliciano. Esse processo já foi identificado em trabalhos anteriores ((CANO; DUARTE, 2012; WERNECK, 2015), mas sem maior atenção à dimensão racial ou geracional. No mesmo diapasão, veremos nas secões seguintes outras aproximações entre milícias e grupos de traficantes de drogas que contribuem para modificar a percepção da população mais diretamente atingida pela atuação desses. Contudo, um evento ocorrido há guatro anos expressa mais claramente essa mudança. Em 2018, 159 pessoas foram presas por estarem em uma festa na qual, segundo informantes dos policiais civis envolvidos na operação, estariam dois milicianos atuantes na região - Santa Cruz, Zona Oeste. Ainda que o foco da operação fossem duas pessoas, todas as 159 pessoas foram detidas, após os policiais terem trocado tiros com os segurancas da festa, que seriam os segurancas dos milicianos, também segundo os policiais. Dos detidos mais de 140 foram imediatamente para o presídio de Gericinó. Menos de vinte dias depois foi pedida a revogação da prisão de 138 dos acusados. Após um ano da detenção a polícia trabalhava com a possibilidade de condenar "menos de 5% dos que chegaram a ser detidos" (COELHO, 2019). Neste caso, a contaminação moral que criminaliza pessoas por serem ligadas de alguma forma a territórios considerados "perigosos" atuou também em áreas identificadas como "de milícia", e a categoria "miliciano" foi utilizada como forma de acusação generalizada a todos os participantes da festa, independente de comprovação legal da participação desses no tipo penal que criminaliza as milícias. Vale destacar ainda que, segundo a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, ainda que nenhuma mulher tenha sido detida todas as presentes foram chamadas pelos policiais envolvidos na operação de "garotas de programa", também de forma generalizada e estigmatizante (NUNES, 2018). Uma hipótese a ser explorada no futuro é que, para além das práticas que nivelam milícias e tráfico de drogas, também a mudança na composição social dos grupos de milicianos (com maior presença de homens mais jovens, menos brancos e cada vez mais não oriundos das forças policiais) contribui para explicar as mudanças na representação social dos milicianos.

### 3.3 Recursos econômicos explorados

Era na dimensão econômica que imaginávamos encontrar grandes transformações nas práticas que caracterizariam grupos de milicianos e de traficantes de drogas, práticas que aproximariam os dois tipos de "cerco" da perspectiva de quem vive nos territórios onde esses grupos atuam. Nesse sentido, identificamos quatro mudanças no que diz respeito a como esses grupos exploram economicamente os territórios onde atuam: i) nível mais elevado de exploração, que passa a ser classificada como "abusiva" pelos moradores; ii) diversificação dos recursos explorados; iii) parcerias e consórcios, mais ou menos pontuais, entre grupos de traficantes e de milicianos; e iv) milicialização das práticas de grupos de traficantes de drogas. Sobre cada uma dessas dimensões apresentamos alguns resultados abaixo.

Sobre o aumento no nível de exploração, vale ressaltar que não é novidade a prática de cobrança de taxas de segurança pela milícia, inclusive, foi a partir dessa narrativa que se constituiu a retórica da oferta de segurança. Até o início dos anos 2000, a milícia era identificada no Rio de Janeiro como um grupo que oferecia "segurança" aos moradores das localidades, em oposição à violência realizada pelo tráfico de drogas, principalmente relacionada à comercialização de drogas, assaltos e conflitos armados entre grupos rivais e desses grupos com a polícia. Contudo, o que identificamos durante o trabalho em campo realizado na Praça Seca foi um aprofundamento das práticas de extorsão nos mais variados serviços – o que, segundo os relatos recolhidos entre os moradores, explicaria a sensação de que "no começo era melhor" e que a exploração foi piorando ao longo dos anos.

Dois aspectos são preponderantes no que tange à mudança de opinião sobre a milícia. O primeiro diz respeito às cobranças de taxas de segurança arbitrárias e abusivas e o segundo ao monopólio de ofertas de serviços como a venda de gás de cozinha e água, assinaturas de canais clandestinos de televisão a cabo (gatonet) e internet assim como o transporte alternativo (kombis, vans e mototáxi).

Alguns trechos de entrevistas podem ilustrar essa afirmação:

Interlocutora: Cobrar da gente. Querer que a gente compre gás deles. Quando a gente não tem o dinheiro eles ficam xingando. Eles falam assim: olha, vocês não vão pagar esse mês, mas mês que vem a gente quer o dobro, que é desse mês e do mês que vem. E como eu moro num Beco eles ficam falando assim: esse pessoal do Beco não se move pra nada, deixa eles, nós estamos de olho neles. Eles fazem isso com a gente, entendeu?

Entrevistadora: Eles vão na casa e batem na porta?

Interlocutora: Batem... Eles chegam (som de palmas) Morador! Morador! Segurança!

Quando a gente tem dinheiro a gente dá, quando não tem não dá.

Entrevistadora: E quanto é?

Interlocutora: 50 reais de morador, comércio é mais caro, depende do comércio ... Vamos supor, eu faço uma unha aí eu pago 50 reais por semana, se eu tenho um brechó, aí já é outro valor.

Entrevistadora: A taxa de segurança é toda semana?

Interlocutora: Não, por mês. Agora comércio é toda semana. Dinheiro. Dinheiro, minha filha. Disse que... essa loja ali fechou né? [se referindo a Amoedo]. Disse que era 6 mil reais que pagava por semana de taxa de segurança.

Entrevistadora: Mas na Cândido Benício?

Interlocutora: Sim! Diz que a Giros tá pra fechar por causa disso também. Eles cobram isso tudo. Bosque, Sorvetão [comércios tradicionais do bairro]. Dinheiro. Dá muito dinheiro. Quantos moradores não tem aí? Cada morador paga 50 reais. Muito pai de família deixa de trocar um botijão de gás, comprar uma fruta, alguma coisa pra uma criança pra pagar pra

eles. Quem mora nessas comunidades sofre minha filha. Eu não pago não (Entrevista com mulher branca, 50 anos).

Essa questão da cobrança de taxa veio um ano antes do [nome do miliciano] ser preso, acho que ele veio sendo influenciado por pessoas de outras comunidades que viviam com essa questão de taxas e de não sei o que e botou isso na cabeça dele e ele passou a cobrar a taxa de água. Ele se achava no direito de cobrar a água já que tinha sido ele quem botou a água na comunidade. Era ele que comprava a bomba então era ele que te cobrava a taxa da bomba porque ele tinha gasto 18 mil reais na bomba pra comunidade ter água, então é justo que você me pague. Não tinha abertamente uma estrutura de: eu estou te cobrando porque o local é meu, eu estou te cobrando a taxa de água porque quem comprou a bomba foi eu. Eles realmente faziam, o que não acontece agora. Agora as pessoas cobram água, taxa de segurança (Entrevista com mulher branca, 44 anos).

Milícia quer o dinheiro do morador e o resto dane-se. Os esgotos tudo entupido, uma sujeira, cheio de mato. Até que nesses dias desentupiram o esgoto daqui de perto da igreja... eles não estão nem aí. Só querem pegar o dinheiro deles e meter o pé (Entrevista com homem negro, 40 anos).

Nos trechos das entrevistas apresentadas acima alguns aspectos chamam a atenção. Em primeiro lugar, moradores e comerciantes são tratados de forma diferente, e ainda que todos sejam cobrados, parece que para os moradores as consequências são menos graves – tanto que uma interlocutora afirma não pagar. Outro aspecto é a relação entre a cobrança e a memória compartilhada de que foram os grupos de milicianos que ajudaram a urbanizar muitas das localidades onde atuam – dimensão também observada por Araújo (2017) em seu trabalho. Ainda assim, fica evidente a sensação de injustiça e abuso, e a crítica à ganância dos milicianos, que cada vez exploram mais. Tal sensação pode estar relacionada ao fato de que esses passaram, com o tempo, a explorar outros recursos econômicos para além da segurança – como na exigência de comprar produtos sobretaxados e não poder contratar serviços que não os do monopólio da milícia, independente de sua qualidade.

Essa diversificação nos recursos explorados foi observada em Campo Grande, ao longo do tempo e tanto em quantidade quanto em qualidade. Inicial-

mente o grupo de milicianos atuantes no local se notabilizava por explorar o mercado de venda de proteção e taxas de segurança, um dos principais pilares que estruturou esse tipo de controle territorial, como já apontado. Após algum tempo, além da taxa de segurança, também houve a exploração do transporte alternativo, característica que gerou aumento significativo de renda do grupo. Também, logo em seguida, foi explorado a internet e a TV em grande parte do bairro. Nos últimos anos a milícia local tem se sofisticado do ponto de vista financeiro, desenvolvendo diferentes empreendimentos, como bares temáticos e prédios para habitação e locação. Além disso, outra forma de atuar economicamente tem sido por meio da exploração de outros negócios potencialmente lucrativos, como explica um interlocutor:

Na época eles tinham pouco comércio. Era mais van, tinha muita cobrança de segurança, não na minha rua, mas no entorno, tinha aquele pesso-alzinho do coletezinho que andava de biszinha, apitando de madrugada aquele apito que era aquela coisa de R\$30,00 por mês por casa e tal. (...) É muito disso assim, de arrumar um esquema de que eles vão ganhar grana em cima disso. Por exemplo, se você é um pequeno comerciante e não está ganhando muito lucro em cima disso, eles te deixam tranquilo, deixa correr tranquilo. Agora, se você está ganhando dinheiro e eles enxergam isso, e aí que é um problema para eles. É mais a questão do lucro pelo lucro (Entrevista com homem negro por volta dos 30 anos).

Na Tijuquinha, o que mais chamou nossa atenção foi a relação com o mercado de habitação. Por lá, temos acompanhado um processo de ampliação do mercado imobiliário, sobretudo, por meio de quitinetes que agora são construídas em escala empresarial e em forma de prédios. Essa milícia também explora a taxa de segurança de todos os comércios e de alguns moradores, além de taxar os mototaxistas que circulam pelo território. Vale ressaltar a proximidade entre a Tijuquinha e a favela da Muzema, onde em 2019 dois prédios desabaram, causando a morte de 24 pessoas. À época a Prefeitura do Rio de Janeiro apresentou como justificativa para a ausência de fiscalização por sua parte das condições de habitação dos edifícios o fato da localidade ser "controlada por milicianos" (G1 E TV GLOBO, 2019). O grupo de milicianos que explora o mercado imobiliário na Muzema é o mesmo que atua na Tijuquinha – vale ressaltar que tal prática está se disseminando entre grupos de milicianos (HIRATA et al., 2020).

Outro aspecto que nos chamou a atenção nos diferentes campos pesquisados foi a aproximação entre grupos de traficantes de drogas e grupos de milicianos, para a realização de atividades em parceria e/ou a "terceirização" de parte da exploração econômica dos recursos presentes no território para outro grupo. Analisaremos cada caso em sua particularidade, mas é importante destacar aqui a possibilidade de grupos de milicianos e traficantes estarem operando de forma "consorciada", isto é, juntando forças para expandir as possibilidades de exploração econômica em alguns territórios, sem que isso signifique uma fusão entre grupos.

Tal "operação consorciada" fica bastante evidente quando analisamos como os grupos criminosos se organizam no território do Batan. Ali, enquanto o grupo de traficantes de drogas controla a venda de drogas ilícitas, o grupo de milicianos se dedica à exploração de internet, TV a cabo e gás de cozinha. Contudo, a dimensão do consórcio se explicita na forma como o exercício da força pelo grupo de traficantes é garantia para a continuidade do oferecimento de serviços de forma monopolizada pelo grupo miliciano. Haveria assim uma espécie de divisão de competências, os traficantes exerceriam a violência e o controle político do território, garantindo que nenhum outro grupo (e o Estado, no limite) ameace a oferta monopolizada de serviços pela milícia, conforme é possível observar no trecho da entrevista abaixo:

Pelo o que eu sei, pelos comentários que eu sei, é que a milícia ela atua aqui. Mas ela atua só pra arrecadar. Ela não atua pra repreender. Como eu te falei, eu acho que existe um acordo comum entre o tráfico e a milícia. Você vende tuas drogas e o meu serviço aqui é TV a cabo e internet e os depósitos de gás (Trecho de entrevista com homem branco por volta dos 60 anos).

Dessa forma, temos uma milícia no Batan que atua em "parceria" com o tráfico de drogas local, que é responsável pelo ordenamento do território: estabelecer regras, valores, monitorar, impedir invasões, empregar pessoas, gerir os conflitos tanto com quadrilhas rivais quanto com a polícia – controle político, portanto. Mas a parceria estabelecida com a milícia, por sua vez, garante a "paz e proteção" advindas das "vantagens políticas" (HIRATA et al., 2020) usufruídas pelas milícias, no que tange a não ser alvo frequente de operações policiais.

Já na Ilha do Governador temos, há algum tempo, grupos de traficantes de drogas explorando outros recursos econômicos para além da venda de drogas, especificamente: a arrecadação de uma porcentagem do dinheiro de motoris-

tas de vans e kombis que circulam pela Ilha e a exploração de serviços de gás, TV a cabo e internet ilegais. Tais práticas econômicas, que eram associadas às milícias no Rio de Janeiro, teriam começado depois que se estabeleceu a relação entre o principal traficante de drogas atuante nas favelas locais e um ex-policial militar com notória relação com grupos milicianos e de matadores de aluguel (conforme apresentado na seção 4.1 deste relatório). Aqui então pudemos observar um outro tipo de parceria entre traficantes e milicianos, mais pontual e menos estabilizada que a observada no Batan.

Vale destacar que no relatório final da CPI das Milícias consta que em dez meses do ano de 2008 o Disque Denúncia recebeu informações referentes à exploração irregular de serviços, como cobranças de segurança de moradores e comerciantes (também com valores diferenciados entre os dois tipos de "cliente"); cobrança de taxa de trabalhadores no transporte alternativo – kombi e mototáxi, e a venda de sinal de TV a cabo e botijão de gás – em territórios variados, sem distinção de facção. Ainda segundo o relatório da CPI tais cobranças seriam executadas por policiais militares do Destacamento de Polícia Ostensiva local e incluíam ameaças, agressões, expulsão de moradores e toque de recolher. Na compreensão da CPI teria acontecido ali uma "terceirização" dos esquemas de arrecadação de dinheiro do gás e de transporte alternativo para o grupo de policiais identificados no relatório como milicianos.

No entanto, nossos dados etnográficos não permitem determinar que existe um grupo de milicianos atuando em favelas da Ilha. O que podemos afirmar é que, em termos de práticas econômicas, os moradores da Ilha têm cada vez mais se deparado com esse tipo de extorsão, mesmo fora dos limites das favelas, como no fragmento abaixo:

Certo dia, voltando da faculdade, encontrei com a minha mãe pelo caminho e nos direcionamos a um pequeno comércio local para que ela comprasse cigarros. Ao abrir a carteira para pagar, ela se espantou com o preço do produto, que tinha aumentado significativamente. O responsável pelo estabelecimento nos certificou de que o tráfico quem tinha dado as ordens. "Uns caras vieram aqui e mandaram subir o preço", disse ele. Uns dias antes, minha mãe havia comentado sobre ter ouvido a mesma justificativa em outro comércio próximo. Em outro momento, esses mesmos "caras" retornaram para saberem se o comércio estava cumprindo as ordens do tráfico (Registro de caderno de campo).

Na dimensão da experiência dos moradores, portanto, cada vez mais as práticas dos traficantes de drogas se assemelham à dos milicianos, seja por "parcerias" estabilizadas, seja pelo intercâmbio pontual de "saberes práticos", ou seja, pela reprodução dessas práticas após sua disseminação, como parece ser o caso do Caju, analisado a seguir.

No Caju, onde o grupo de traficante de drogas atua de forma exclusiva, conseguimos apreender que práticas consideradas como características da milícia estão sendo operadas pelos traficantes locais. Na localidade a quadrilha de traficantes local sobretaxa comerciantes (que repassam a taxa para os valores dos bens ofertados, como no caso do gás), impede que empresas e profissionais que não os "seus" trabalhem nas localidades (forçando os moradores a pagarem preços abusivos) e agora exploram também o mercado imobiliário interno, dimensão que detalharemos abaixo.

Muitos dos espaços considerados "vazios" estão sendo cercados e comercializados. Na entrada de uma das favelas, por exemplo, um espaço que antes era utilizado como ferro-velho deu lugar a pequenas lojas, que são alugadas para comerciantes locais. No principal centro comercial do Caju, onde estão localizados a maioria dos mercados, lanchonetes, sorveterias e pequenas lojas de roupa, todos os espaços antes vazios já estão sendo comercializados para a abertura de novos estabelecimentos comerciais. Tal mercantilização não é nova, sendo prática também do antigo grupo que controlava o comércio ilegal de drogas no local, mas tem se intensificado recentemente. Contudo, nossos dados etnográficos não permitem afirmar que são os traficantes de drogas que exploram diretamente o aluguel desses negócios. Em campo, o que ouvimos muitas vezes é que sem o pagamento ao grupo de traficantes não é possível exercer nenhum tipo de atividade econômica no local – o que aproxima a prática de exploração econômica por parte desses traficantes da realizada por grupos de milicianos.

Já no que tange a compra de terrenos para construção de moradias no Caju pudemos confirmar que são os traficantes que atuam diretamente como exploradores do mercado imobiliário local, em ascensão. Uma de nossas interlocutoras comprou um terreno diretamente de um traficante, pelo qual pagou R\$ 10.000 em dinheiro vivo e onde pretende construir uma quitinete para alugar. A negociação foi feita após ela ficar sabendo da oferta do terreno através de outros moradores. Quando questionada sobre quais garantias ela tinha nessa transação, respondeu que a garantia é a "palavra do chefe", mas assim que o

imóvel estiver construído ele poderá ser registrado na associação de moradores, o que daria um caráter legal para a construção. No Caju hoje é possível observar diversas construções em andamento, inclusive no terreno do hospital federal que ficava dentro da favela e foi desativado em 2008. Segundo nossos interlocutores, todos os terrenos foram comercializados pela quadrilha de traficantes locais, até por serem espaços não comercializados anteriormente<sup>8</sup>.

Destarte, é no que tange a dimensão da exploração econômica dos territórios e seus moradores que observamos com muita clareza as aproximações entre grupos de traficantes e de milicianos – em termos de suas práticas e nos efeitos dessas para os que vivem nessas localidades. Consideramos que tal aproximação pode estar se dando a partir da disseminação de uma tecnologia de governo para os territórios de pobreza que nomeamos como "empreendedorismo parasitário", que seria a superexploração da população trabalhadora moradora de favelas em quase todas as dimensões de sua vida econômica, tendo como condição para sua realização a extrema violência estatal, paraestatal e de agentes privados a que estão submetidos. Portanto, tal exploração se daria em termos ainda mais aprofundados do que os já identificados no que Kowarick conceituou como "espoliação urbana" (1978), onde estado e mercado se associam para explorar trabalhadores através do não fornecimento dos serviços públicos que são direitos desses cidadãos como de todos os habitantes dos espaços formais.

Se considerarmos que boa parte desta pesquisa se deu no contexto da pandemia de COVID-19 (ainda que em seu período de minoração), causa extrema preocupação constatar que moradores de favela, que sofreram de forma ainda mais exacerbada os efeitos devastadores da pandemia e da crise econômica decorrente dela (LEITE, 2020), estão submetidos a um grau tão elevado de exploração econômica. Assim como o vírus SARS-CoV-2 ficou conhecido por ter, pelo menos em suas primeiras versões, um alto grau de transmissibilidade e também de letalidade, parece-nos que o "empreendedorismo parasitário" praticado tanto por grupos de milicianos quanto de traficantes também não tem receio em destruir seu próprio hospedeiro. Aprofundar essa questão também é nosso objetivo futuro.

<sup>8</sup> O mercado imobiliário em favelas é antigo e pulsante, já tendo sido objeto de pesquisas anteriormente. Ver, entre outros, [ABRAMO; FARIA, 1998; CAVALCANTI, 2010].

#### 3.4 Relação com a população local

Outra dimensão que observamos nesta pesquisa, fundamental para compreender os efeitos dos "cercos" vividos pelos moradores de favelas e periferias, foi a relação com a população local. Tais relações são diretamente condicionadas por muitos dos elementos já analisados em secões anteriores. O tipo de presença territorial, se mais ou menos ostensivo, incide diretamente sobre a sensação de segurança e sobre a previsibilidade das rotinas dos moradores. Se os membros do grupo armado são considerados "bem-vestidos" ou educados (por não usarem gírias) ou não, se são mais jovens ou mais velhos (com todos os estigmas que recaem sobre a juventude e a criminalidade), entre outros fatores, também interfere na relação dos moradores com esses. Por fim, e cada vez com maior predominância – segundo os dados agui apresentados – a maior ou menor exploração econômica por parte do grupo armado também informa o tipo de relação entre o "mundo do crime" e a população que a ele tem que se submeter – se mais ou menos violenta. Neste sentido, nesta (e na próxima) seção analisamos os efeitos das variáveis discutidas anteriormente para a vida cotidiana de quem mora nas favelas e periferias pesquisadas.

Nesta seção as diferenças são maiores entre viver em território de atuação de grupos milicianos em contraste com território de atuação de facções de traficantes de drogas ilícitas – contudo, mesmo aqui mudanças e deslocamentos nesses tipos de "cerco" foram observados. Nossa hipótese era que viver em territórios considerados "em disputa", sejam eles ocupados por traficantes ou milicianos, aproximaria em alguns aspectos importantes a experiência dos moradores, pelo efeito sobre a rotina e a vida cotidiana. Mas além da dimensão da rotina e sua relação com os confrontos, outro elemento apareceu como definidor de uma nova experiência de "cerco" – a saber, a questão da exploração econômica, como veremos mais à frente.

Na Ilha do Governador, território "em disputa", mas de controle de grupos de traficantes rivais, o ex-"chefe" da maior favela do local adotava uma política assistencialista, visando ganhar apoio dos moradores. Mas essa "política da boa vizinhança" também era construída a partir do uso de uma rede de olheiros, uma grande quantidade de armas e acordos com os policiais do 17º BPM, pagando a eles uma alta propina. Ademais, também evitava confrontos com a polícia para não chamar atenção, em especial, das mídias. Com o atual "chefe", contudo, aumentaram os números de confrontos e de operações policiais, pro-

duzindo críticas pelos moradores. Segundo nosso interlocutor "o antigo chefe tinha mais controle sobre os bairros e evitava a exposição". Dessa forma, para muitos dos moradores ouvidos pela pesquisa o atual comando dos traficantes é considerado "fraco", por não ter controle sobre as desordens cotidianas, como o aumento do número de assaltos e roubos - algo que era raro no comando do "chefe" anterior. Uma frase muito ouvida em campo é "acabou a paz na Ilha do Governador". Aqui, a impossibilidade de ter uma rotina previsível marca a relação entre moradores e grupos armados, sendo os segundos os responsáveis pela irrupção de confrontos (entre grupos rivais de traficantes ou entre traficantes e policiais) que altera a rotina dos primeiros. Vale ainda ressaltar que a afirmação sobre o fim da "paz" na Ilha tem relação direta com o transbordamento da violência armada para além das fronteiras das favelas, com operações policiais e confrontos armados acontecendo nas ruas do "asfalto" também. Como em outros momentos da história do Rio de Janeiro, é em função dos efeitos sentidos pelos moradores do "asfalto" que o problema da criminalidade violenta se torna um problema público (BOLTANSKI: THEVENOT, 1991) - quando atinge apenas os favelados tal questão não possui o mesmo impacto (MACHADO DA SILVA, 2008).

Na Praça Seca, também território em disputa, mas com territórios em sua maioria sob controle de milícias, muitos interlocutores mencionaram que o maior problema que enfrentam no momento são os conflitos armados entre os grupos pelo domínio das favelas. Alguns interlocutores apontaram ainda que, no período em que um tradicional miliciano atuava no local e controlava a maioria das favelas, o bairro gozava de ordem e segurança. Já o grupo atual serviria apenas para cobrar taxa de segurança, mas sem efetivamente garanti-la. Aqui, novamente, vemos os moradores fazerem referência à importância da previsibilidade das rotinas para suas vidas – o mesmo observado na região da Ilha, considerada área "de tráfico". Neste sentido, a experiência de viver em territórios conflagrados, onde confrontos armados podem irromper sem aviso e sem chance de evitação, parece aproximar a experiência de moradores da Ilha e da Praça Seca.

No Batan, também "território em disputa", as avaliações dos interlocutores foram parecidas. Quando as atividades da UPP se encerraram, o grupo de traficantes de drogas ilícitas atuante no local passou a se apresentar de forma ostensiva, autorizando o livre consumo de drogas em todas as regiões da favela e a volta do baile funk, entre outras práticas que não eram corriqueiras no período "da milícia" ou da UPP. Muitos moradores também criticavam o número de furtos e roubos na região, e culpavam o grupo de traficantes local de "não fazer nada" contra esse tipo de crime violento. Por fim, a situação específica do Batan – onde o grupo de traficantes de drogas atua de forma associada a um grupo de milicianos, que opera a exploração de recursos econômicos na região –, fez com que seus moradores enfrentem o que classificam como a junção das piores características dos dois tipos de organização criminosa.

[Entrevistado 1] Eu me sinto largado aqui, a gente tá abandonado aqui. A UPP saiu, agora não tem segurança, não transitam mais viaturas aqui. As que transitam, só passam. Não sei se simplesmente passam só pra passar. Mas não atuam. Visualizam situações de ocorrência, mas não atuam, só passam. Não sei porque fazem isso, mas a gente aqui tá abandonado. A gente tá na mão desses garotos, desses adolescentes, né? Adolescente não tem nada a perder. A gente não sabe quem transita. A maioria eu não conheço. Nunca vi aqui. Não sei se vieram de outra favela. Não é daqui. Um ou outro. Então, isso daqui tá abandonado. Não sei nem onde estou. Me sinto perdido. Eu passo muito pouco tempo aqui, com essa transição. E o tempo que eu passo aqui eu fico dentro de casa. Evito sair (Entrevista com homem negro por volta dos 30 anos).

[Entrevistado 2] Eu tenho pra mim, mas só que é o seguinte... não são todos os pontos do tráfico aqui que eles usam arma não. Por exemplo, aqui no [nome da localidade] eles não usam arma, só usam radinho. Então assim, a gente tava até reclamando com eles do movimento "Pô, os caras tão roubando aqui e vocês não fazem porra nenhuma..." Ele "Pô, tio... a gente não tem arma... a gente tá aqui só de olheiro." Então assim, não são todos dos pontos. Onde você vai ver armamento mesmo é lá na [nome da localidade]. Ali é o foco deles. Lá no [nome da localidade], ali na [nome da localidade], tem aquela viela, a rua de cima, ficam ali pra dentro de fuzil e na [nome da localidade] parece que esses dias não tá vendo mais porque a polícia tá batendo ali direto. Aqui não tem local pra eles ficarem nesse pedacinho aqui. Eles ficam do [nome da localidade] pra lá (Entrevista com homem branco por volta dos 60 anos).

Assim, para além de julgamentos de valores sobre a diferença entre viver em território "de tráfico" ou "de milícia", os moradores relataram a enorme dificul-

dade que é viver à mercê de uma violência armada que pode irromper a qualquer momento. Neste sentido, o sentimento de insegurança e imprevisibilidade aproxima moradores de territórios "em disputa". Já nos territórios onde o "cerco" é mais consolidado, a diferença no tipo de "cerco" chama mais atenção.

No caso do Caju, área sob controle de um grupo de traficantes de drogas, ainda que o território não esteja "em disputa" a violência se encontra latente, sobretudo como ameaca. Assim, a vigilância e o monitoramento dos moradores são constantes e sentidos de forma muito forte por eles. O receio de se indispor com algum traficante, de ser confundido com um informante ou de quebrar alguma regra implícita determinada por eles condiciona toda a rotina dos moradores do Caju. Para além das restricões no ir e vir e a preocupação de sempre "pedir autorização" - seja para construir uma casa, abrir um comércio, realizar uma atividade pública, etc. - os moradores do Caju também se sentem impedidos de acessar direitos e garantias, especialmente guando esses envolvem órgãos da justica e/ou seguranca. Em um caso acompanhado em campo, uma jovem buscou ajuda em uma organização comunitária porque estaria sendo violentada fisicamente pela família do pai do seu filho, um bebê de dois anos com um diagnóstico de autismo em processo de comprovação. A orientação da liderança que ela buscou foi que ela procurasse "os rapazes do movimento", porque qualquer ida à polícia especializada em violência contra a mulher ou mesmo à defensoria pública poderia ser vista como uma brecha para a entrada de policiais na favela. "Você vive em área de tráfico, não pode trazer a polícia para cá". Com resignação a liderança comentou, após a mulher se retirar, que ali na associação existia um manual sobre quais procedimentos seguir em caso de violência contra a mulher, produzido por uma ONG local com a participação de mulheres do Caju atendidas em um projeto social. "Nós sabemos como encaminhar, mas não podemos sugerir isso porque colocaria ela mesma em risco". Assim, mesmo sendo o acesso a servicos públicos uma condição precária no Caju, o "cerco" realizado pelos traficantes impede a procura do pouco serviço disponível.

Já em territórios de controle consolidado por grupos milicianos a sensação de vigilância e monitoramento se repete, ainda que de forma mais difusa – em consonância com o tipo de presença territorial exercido pelo grupo armado local. Mas os momentos de encontro entre moradores e milicianos estão restritos às transações comerciais – são os momentos das cobranças ou de uso dos serviços oferecidos pelos últimos. Assim, estão mais submetidos a um possível

encontro violento com os milicianos aqueles moradores que mais dependem dos serviços oferecidos por esses. Quem possui casa própria negocia de uma posição diferente de quem aluga uma quitinete. Quem possui moto ou carro, negocia de outra forma com quem precisa pegar mototáxi ou van. Quanto mais se precisa consumir os serviços da milícia, mais exposto à extorsão a pessoa está. Nesse sentido, é a circulação do dinheiro dentro da localidade que pauta os horizontes de afetação dos milicianos nas vidas das pessoas.

No caso de Campo Grande, outro território em que o controle por um grupo de milicianos está consolidado, os interlocutores da pesquisa mencionaram também algumas modificações no tipo de relacionamento entre os grupos armados e a população local, que também passa pelo grau de exposição à exploração econômica realizada pelo grupo. Se por um lado a garantia da segurança é um elemento fundamental na aceitação coletiva da atuação da milícia na localidade, por outro o elevado nível da exploração econômica – descrita como a busca do "lucro pelo lucro" – tem desagradado muitos moradores, sobretudo aqueles que têm algum comércio (ou empreendimento) e as lideranças comunitárias (como exploraremos na próxima seção). Essa ganância dos milicianos tem inclusive desencorajado comerciantes a abrir e manter negócios nessas áreas, conforme indicou um entrevistado:

Ah eu trabalho com saboaria natural, e aí a gente vai em roda de samba e tal e para botar uma banquinha no Centro de Campo Grande é R\$80,00, semanais. E aí o produto que a gente vende como é natural, orgânico e tal, a gente tem que ter um poder de convencimento, conversar o porquê que aquele produto é bom, isso e aquilo e um cara que está vendendo iogurte que caiu do caminhão por R\$10,00, o cara que está vendendo uma linguiça por R\$5,00, não tem como a gente competir com esses caras, porque eles fazem o lucro, pagam quem tem que pagar e continuam tirando o lucro deles ali. A gente não, a gente tem que ter o poder de convencimento e aí não é para todo mundo que vamos vender (Entrevista com homem negro por volta dos 30 anos).

Aqui novamente aparece a dimensão do "empreendedorismo parasitário" mencionado em seção anterior. Os grupos milicianos vivem da exploração dos recursos econômicos encontrados no território, mas a ganância com que realizam essa exploração acaba por impossibilitar o desenvolvimento econômico desses territórios.

Outro elemento observado, a partir da análise dos diferentes campos, é que violência armada e exploração econômica têm desenvolvido uma relação que pode ser descrita como uma "convergência perversa". Ao aumentar o grau de exploração econômica, os grupos de milicianos utilizam-se cada vez mais da violência armada, seja real ou apenas enquanto ameaça, e assim diminuem a sensação de segurança que os moradores dessas regiões experimentaram em momentos anteriores. Já os grupos de traficantes de drogas, ao expandirem seus negócios também para a exploração de recursos econômicos – em parceria com grupos milicianos ou não – também aprofundam a sensação de "cerco" a que os moradores de favelas estão submetidos historicamente. Trata-se da "convergência perversa" do pior dos "dois mundos".

#### 3.5 Relação com as organizações locais

Nesta seção, que dialoga com a seção anterior no que diz respeito aos efeitos dos diferentes tipos de "cerco" aos moradores de favelas, buscamos identificar como os grupos armados se relacionam com as associações e organizações comunitárias, dos mais variados tipos. Dependendo do campo algumas questões emergiram com mais destaque, portanto os dados apresentados não tratam todos do mesmo tipo de associação.

Os moradores de favela são historicamente reprimidos em suas formas de organização comunitária autônomas, ainda que essas sejam pujantes e variadas desde o surgimento dessas localidades (LEEDS; LEEDS, 2015; PERL-MAN, 1977; ZALUAR, 1985). Particularmente as associações de moradores de favela possuem uma história marcada por repressões, perseguições, criminalização, mas também por acordos, negociações, vitórias e resistências. A esse movimento, de perdas e ganhos, Machado da Silva (2002) definiu como controle negociado.

Como muitos movimentos sociais após a redemocratização, as associações de moradores de favela no Rio de Janeiro passaram, nos últimos 40 anos, por momentos de expansão e representatividade e também por momentos de enfraquecimento e perda de legitimidade. As explicações para tal fenômeno são correlacionadas (e muitas vezes não exclusivas desse tipo de associativismo): fortalecimento da participação institucionalizada em detrimento de movimentos "de base" (LAVALLE; CASTELLO; BICHIR, 2004), acusações de autoritaris-

mo, corrupção, cumplicidade com grupos criminosos (LEEDS, 2003; ROCHA, 2013; SILVA; ROCHA, 2008; ZALUAR, 2003), disputa com outros atores sociais pela função da mediação (CARVALHO, 2014; ROCHA, 2013). Outra dimensão importante são os constrangimentos à ação coletiva impostos pelas forças armadas ali atuantes: polícias, quadrilhas de traficantes, grupos milicianos (ROCHA, 2013; SILVA; ROCHA, 2008). Há alguns anos, é de conhecimento público que o cerco sobre os moradores de favelas praticado pelas quadrilhas de traficantes se fechou também sobre as associações, causando a morte ou a expulsão de muitos dirigentes de suas casas e territórios de moradia. Uma pesquisa realizada pela Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, em 2005, analisou dados sobre 800 dirigentes de associações de moradores de favelas entre 1992 e 2001, e chegou à conclusão de que, nesse período, 300 dirigentes foram expulsos de suas localidades por divergências com traficantes locais e 100 foram assassinados (LEITE, 2005, p. 382).

É neste cenário que desenvolvemos nossa pesquisa. Um importante elemento para análise é que em alguns campos a questão religiosa – e a relação dos grupos armados com organizações e lideranças religiosas – foi mais proeminente que outras formas de organização comunitária.

Esse foi o caso na Ilha do Governador, onde a maioria das favelas está ocupada por uma facção de tráfico de drogas cuja relação com igrejas evangélicas é bastante conhecida. Um dos principais traficantes do local converteu-se à religião evangélica, tatuando "Jesus Cristo" em seu antebraço e adotando algumas imposições aos moradores, como a proibição de manifestação religiosa de matriz africana dentro da favela (com ameaça de morte e expulsão dos moradores praticantes), proibiu o uso de roupas brancas e guias de proteção; atacou e destruiu terreiros (inclusive, obrigando os próprios religiosos a derrubarem os locais destinados às práticas religiosas, arrebentarem guias, quebrarem imagens de santos e demais artefatos usados em suas atividades). Mesmo após seu assassinato tais práticas permanecem vigentes.

No Caju, cujo grupo de traficantes locais pertence à mesma facção mencionada acima, observou-se proibição semelhante: segundo os relatos recolhidos, por ordem dos traficantes locais os moradores não podem abrir casas de culto afro religioso nem colocar oferendas em espaços públicos da favela.

<sup>9</sup> Para maiores informações sobre a relação entre traficantes e religião ver Vital da Cunha (2014, 2015).

Além dessa dimensão religiosa, no Caju pudemos observar também a relacão entre associações de moradores, ONGs e os grupos armados. Como forma de não se contaminar com as acusações e criminalizações que recaem sobre os moradores de favelas e suas organizações, em função da contiguidade forçada com os traficantes de drogas, as liderancas do local evitam qualquer contato direto com os membros dos grupos armados, recorrendo a diversas formas de mediação. Assim, mantém uma "boa relação" baseada em um afastamento cuidadoso e constantemente reatualizado. Em uma conversa informal, um líder local relatou que quando chegam doacões na localidade trazidas por policiais militares (como durante o período em que uma UPP foi instalada por lá) ele separa uma parte "para os meninos do movimento", de forma a reforçar a boa relação e não ser acusado de ter "levado a polícia para dentro da favela" - situação potencialmente perigosa, como mencionado na seção anterior. Afirmou também que contribuiu para a resolução pacífica da situação o fato dele ser conhecido e reconhecido dentro da localidade, também pelos traficantes sua reputação serviu como fiadora de suas boas intenções. Vale ressaltar que a preocupação em não "levar polícia para dentro da favela" permaneceu mesmo durante a ocupação das forças de pacificação – quando supostamente a polícia estava dentro da favela. Talvez essa colocação ajude a compreender porque, apenas quatro anos após a saída da UPP do Caju, os moradores entrevistados quase não façam menção ao programa.

Em outras situações vimos também lideranças locais aconselharem os moradores demandantes a buscar auxílio junto ao grupo de traficantes para resolver problemas que poderiam potencialmente causar atritos por serem motivos para "trazer a polícia para a favela". Mas as lideranças sempre afirmam que eles mesmos não podem fazer o contato, porque não podem "se envolver" com os traficantes – a necessidade de "limpeza moral" constante dessas lideranças acaba operando como um grande limitador de suas funções representativas e de liderança local mesmo, pois quase tudo pode ser lido pelos grupos de traficantes como um risco ou ameaça. Tal situação se repete nas favelas há décadas e estabelece um grande obstáculo às reivindicações e lutas políticas dos favelados (ROCHA, 2018b; SILVA; ROCHA, 2008).

Conforme dito anteriormente, a relação entre traficantes de drogas e associações comunitárias é marcada por esses afastamentos e impedimentos – neste sentido, não houve novidade nos dados etnográficos levantados. Com exceção da questão religiosa, que apareceu fortemente correlacionada à adesão

de traficantes de uma facção específica à religião evangélica, as outras formas de organização local permanecem na dinâmica do controle negociado como descrito por Machado da Silva (2002) – não apenas em relação às agências de estado, mas também frente aos outros poderes locais. Já nos territórios de atuação de grupos milicianos a relação entre grupos armados e associações locais se estabelece de forma diferente, com uma proximidade bem maior.

Nas favelas da Praça Seca, por exemplo, os interlocutores da pesquisa afirmaram que a simbiose entre associação e milícia é alta, pelo histórico de muitos milicianos terem sido também lideranças comunitárias no começo da ocupação da localidade. O relato abaixo descreve essa relação:

Interlocutora: Eu nem sei dizer se eles tinham essa característica de que eram milicianos, acho que eram líderes comunitários locais que foram tendo o respeito da comunidade e que foram permanecendo ali como uma liderança e com o tempo foi aumentando uma questão de território, violência, acho que essas pessoas passaram a se armar e proteger seu local. Acho que quando eles se formaram eles não tinham a ideia que seriam um grupo de milicianos. Porque tanto o [nome do miliciano] quanto o [nome do miliciano], que nasceram aqui, que viveram aqui a vida toda, eles nunca foram denominados durante muito tempo como milícia tanto que o [nome do miliciano] veio vereador, veio candidato a deputado, ficou na suplência. Essa roupagem de formação de milícia veio vindo com a formação de milícias em outros locais, que começou a ter olho aqui na Praça Seca e começou a trazer essa roupagem de milícia para essas pessoas que eram lideranças comunitárias, pessoas respeitadas, que os moradores poderiam recorrer.

Pesquisadora: Eles eram vinculados à associação de moradores?

Interlocutora: Eram. Eles criaram a associação de moradores. Eles asfaltaram a rua. Eles trouxeram água para a comunidade. Eles tinham esse aspecto de um líder local para fazer as coisas para a comunidade (Entrevista com mulher branca, 44 anos).

Reaparece no relato a relação dos milicianos como provedores de serviços básicos à localidade, em momento no qual o estado não era o garantidor desses direitos. Neste momento inicial, inclusive, a questão da cobrança de taxas

não aparecia como um problema – pagar pelos serviços era a forma comunitária de se resolver questões de urbanização básicas, como em muitas outras favelas da zona oeste onde as milícias se disseminaram (ARAÚJO, 2017).

A mesma relação entre milicianos e a atividade de liderança comunitária foi observada na Tijuquinha, onde a associação de moradores se configura como uma instituição fundamental para as negociações locais. Com fortes vínculos políticos estratégicos, sua eficácia social se evidencia pela capacidade de captar certos serviços estatais como, a coleta diária de lixo pela Comlurb e o reconhecimento de mais de 150 moradias pelo programa "Morar Carioca". A associação de moradores é controlada por "moradores antigos" que ficam responsáveis por essas intermediações políticas. Sua força é tamanha, que até mesmo os milicianos locais são subordinados aos interesses desses "moradores antigos". É como se a associação de moradores fosse o braço político e a milícia o braço securitário.

Já em Campo Grande, a relação entre grupos milicianos e organizações locais demonstrou ser potencialmente conflituosa – porém é a cobrança de taxas que aparece como questão. Eventos privados não têm o histórico de conflito de interesse e não passam pela vigilância do grupo em função do seu caráter reservado e íntimo, podendo ser realizados independentemente da natureza. Contudo, eventos realizados no espaço público, como atos, manifestos e manifestação, costumam ser fonte de conflitos. Uma das características do grupo de milicianos que operam no bairro é a cobrança de taxas para realização de atividades sociais. Microempreendedores e trabalhadores informais precisam pagar taxas, que variam de acordo com a atividade – segundo um dos interlocutores da pesquisa nem pedintes podem pedir esmolas na rua do bairro sem pagar taxa para a milícia.

Então a gente sempre fazia isso, e aí no final uma das coisas de um outro coletivo que era lá do centro do Rio que eles sempre falavam "pô, leva lá para a Zona Oeste" e eu falava lá na Zona Oeste... Aqui, vocês podem se sentar no Cais do Valongo e ninguém vai perturbar vocês. Vocês podem fazer o que quiserem ali no Centro que ninguém vai perturbar vocês, agora, você fazer uma roda de capoeira no centro de Campo Grande, você tem que pedir autorização, você fazer algum ato no centro de Campo Grande você tem que pedir autorização, e não é autorização para a prefeitura. Pode até pedir para subprefeitura, mas eles vão falar "fala com fulano" e

aí você tem que perder R\$80,00, R\$100,00 (Entrevista com homem negro por volta dos 30 anos).

Assim, ainda que tal cobrança não seja exclusiva para as associações locais, recaindo sobre todos que realizem qualquer tipo de atividade pública no bairro, fica evidente que a milícia local restringe as atividades das associações e organizações locais, tanto em termos de regular suas próprias atividades quanto no sentido de retirar das associações de moradores uma de suas principais funções, que é exatamente mediar a ocupação do espaço público das localidades. Vale ressaltar que essa função mediadora se enfraqueceu também em favelas onde operam facções de tráfico de drogas, sobretudo após o programa de pacificação de favelas (ARAÚJO; CARVALHO, 2015; ROCHA, 2018b; ROCHA; CARVALHO, 2018; ROCHA; CARVALHO; DAVIES, 2018). Uma hipótese possível, a ser explorada, pode ser que o "legado" da pacificação foi o incremento da subordinação das associações locais aos grupos armados atuantes nos territórios – sejam eles estatais, paraestatais ou ilegais.

Essa hipótese, sobre o "legado da pacificação", parece ser reforçada pela pesquisa realizada na favela do Batan, na qual a relação dos grupos armados modificou-se após o encerramento das atividades da UPP em 2018. Após esse momento, o grupo de traficantes de drogas que atua no local decidiu que campanhas políticas e ações sociais de qualquer natureza só poderiam ser realizadas mediante pagamento. Nessa condição não havia distinção entre ato político partidário, ações políticas militantes e ações filantrópicas, tudo era encarado da mesma forma e precisava de pagamento para ser realizado. Vale lembrar que no Batan a quadrilha de tráfico de drogas atua em "operação consorciada" com um grupo de milicianos, de quem adquiriu a prática da cobrança generalizada. Tal situação gerou enorme insatisfação nas lideranças comunitárias locais, inclusive inviabilizando a permanência no território de certas instituições, conforme relato abaixo:

Em tom de pesar, a moradora contou que a Rede Globo iria cobrir aquele evento, provavelmente mandariam algum repórter, mas ela não deixou que cobrissem por não saber como estaria o Batan. Ela ainda afirmou que campanhas políticas e ações sociais estão proibidas na favela por ordem do tráfico de drogas e para conseguir realizá-las é preciso pagar uma

quantia em dinheiro. Quando perguntada como havia conseguido realizar aquele evento, ela marotamente abriu um sorriso – que exemplificou sua esperteza – e explicou que só conseguiu realizar o evento político porque ela estava do lado de dentro de sua casa e não do lado de fora. Dessa forma ela escapava do monitoramento do tráfico de drogas (Registro de caderno de campo).

Na dimensão política, portanto, vemos que os "cercos" produzido por grupos de milicianos e grupos de traficantes de drogas possuem suas diferenças. Nas favelas de atuação de facções de tráfico de drogas a relação permanece de afastamento moral e tutela política, com o tráfico representando um constrangimento para a atuação política das lideranças comunitárias. A questão religiosa, contudo, aparece como uma forma de constrangimento mais radical – visto que não há mediação possível entre traficantes e lideranças religiosas ligadas às religiões afro-brasileiras, somente violência, proibição e expulsão. Já nas favelas nas quais atuam grupos milicianos (majoritariamente ou em "parceria" com o tráfico, como no caso do Batan) é o "empreendedorismo parasitário" que dá o tom – o constrangimento às ações coletivas se dá pela regulação de atividades e cobrança de taxas, e em alguns casos é a associação de moradores quem realiza esse papel regulador.

Na seção seguinte buscamos sistematizar os resultados encontrados em um quadro comparativo, que correlaciona territórios e dimensões analisadas.

3.6 Quadro comparativo entre os diferentes territórios.



Localidade >>>	Batan	Campo Grande	Caju	Ilha do Governador	Praça Seca	Tijuquinha
Tipo de cerco	Tráfico	Milícia	Tráfico	Tráfico	Milícia	Milícia
Tipo de "ocupação territorial"	Em disputa	Consolidado e sem confrontos	Consolidado, com confrontos*	Em disputa	Em disputa	Consolidado e sem confrontos
Forma da presença no território	Ostensiva	Difusa	Ostensiva	Ostensiva	Ostensiva (mas difusa nos locais onde a milícia está mais consolidada)	Difusa
Composição social do grupo armado	Jovens negros	Sem experiência anterior nas forças de segurança	Jovens negros	Jovens negros	Homens, brancos, mais de 30 anos	Jovens pardos
Recursos econômicos explorados	"Operação consorciada": tráfico opera venda de drogas, milícia comercializa serviços	Diversificação, ampliando para empreendimentos comerciais e construção de moradias	Diversificação, ampliando para cobrança de taxas e construção	Diversificação, ampliando para cobrança de taxas e serviços	"Operação consorciada": milícia negocia com facção de tráfico quando convém. Diversificação, aumento abusivo das taxas	Diversificação, ampliando para construção de moradias
Relação com a população local	Insegurança causada pelos confrontos	Exploração econômica predatória	Insegurança causada pelos confrontos e aumento na vigilância	Insegurança causada pelos confrontos	Insegurança causada pelos confrontos	Exploração econômica predatória
Relação com organizações locais	Cerceamento	Cerceamento	Tutela e controle	Tutela e controle	Simbiose	Parceria

<sup>\*</sup>Sobretudo operações policiais, mas eventualmente disputa entre grupos rivais.





# **CONCLUSÃO**

Neste projeto de pesquisa buscamos identificar, a partir de um trabalho de campo etnográfico em seis áreas da cidade, a diversidade de dinâmicas de controle territorial praticadas por grupos armados no Rio de Janeiro. Para tanto, investigamos e descrevemos as atuais dinâmicas de "cerco" (MACHADO DA SILVA, 2008) produzidas por diferentes grupos armados, seus efeitos sobre as sociabilidades locais e na produção de precariedades (BUTLER, 2004) a que os moradores dessas localidades estão submetidos.

Judith Butler (2004) em suas reflexões sobre vidas precárias, explica que certas populações são "enquadradas" como ameaças à sociedade. Nesta lógica, a morte é racionalizada e considerada necessária para a proteção da vida humana dos "vivos", dos que detém uma vida digna. Relegadas a uma "condição precária", certos grupos sociais estariam "politicamente induzidos" em deficientes redes de apoio e diferencialmente expostas a violações, violências e à morte. O Estado aparece, nesta perspectiva, como um grande produtor de precariedades. Em nossa concepção, contudo, a precariedade também é produzida por agentes paraestatais e não-estatais, como traficantes de drogas ilícitas e milicianos. A contiguidade territorial com esses agentes criminais pode gerar riscos severos à manutenção da vida dos moradores, seja pela não obediência das regras dominantes, seja pelos riscos representados pelas disputas territoriais. A constatação de que cerca de 2.659.597 pessoas vivem em áreas da cidade consideradas "em disputa" (HIRATA et al., 2020) expressa a gravidade dessa situação.

Assim, ao longo da análise aqui apresentada orientamos nossa reflexão para compreender como se estrutura a vida nas regiões de favelas e periferias da cidade, tendo como referência a hipótese de que violência armada, sociabilidade cerceada e precariedade se coproduzem continuamente e historicamente; contudo, mudanças recentes nas dinâmicas criminais da cidade estariam aprofundando esse cenário. Nossa hipótese, portanto, era que possíveis novas modalidades de "cerco" – também já identificadas pela literatura, conforme indicamos na Introdução e na seção teórica deste relatório – implicariam em novos constrangimentos, riscos, dificuldades, incertezas, e possivelmente novos tipos de resistência.

A apresentação dos dados seguiu a ordem das diferentes dimensões da vida social que abarcamos aqui: as formas de presença dos grupos armados nos territórios, a composição social que caracteriza cada agrupamento, os recursos econômicos explorados, as relações estabelecidas com a população local e suas organizações foram as dimensões selecionadas.

Neste sentido, dividimos os territórios em dois tipos de "cerco": "tráfico" e "milícia", ainda que soubéssemos que essas classificações não davam conta da variedade interna que cada uma das categorias possui. Identificamos também três categorias iniciais de tipo de ocupação territorial – consolidado sem confrontos, consolidado com confrontos e em disputa. Para definir como cada território seria classificado nos apoiamos em nossos dados etnográficos – observação e relatos de moradores, mas também em notícias de jornal e levantamentos de pesquisas anteriores. Na categoria "forma da presença territorial" classificamos as localidades como tendo presença difusa ou tendo presenca ostensiva dos grupos armados atuantes no território. Nessa categoria procuramos descrever, do ponto de vista dos moradores, como esses grupos armados se localizam dentro de cada território – se é possível saber quem são, se existem símbolos ou outros indicadores que apontam quem são os membros dos grupos, e se as armas ficam expostas. Compreendemos que esses aspectos contribuem para a sensação maior ou menor de "cerco" por parte dos moradores.

Observamos, assim, uma correlação entre territórios sob o cerco de grupos milicianos e a ausência de confrontos, no caso em que a ocupação territorial foi identificada como consolidada, isto é, sem a rivalidade com outros grupos armados na disputa pelo território. Concluímos ainda que a ausência de confrontos produz uma presença difusa pelo território, provavelmente porque sem

a ameaça de confrontos os grupos armados não precisam ostentar suas armas para sinalizar seu poderio bélico a possíveis rivais e as forças policiais. Os grupos que atuam nesses territórios desfrutam, dessa forma, das "vantagens políticas" mencionadas por Hirata et. al. (2020) – a ausência de operações policiais. Porém, quando o território está "em disputa", mesmo que sob controle de milicianos, a presença no território se torna mais ostensiva, sobretudo pela exposição das armas como sinalização para grupos rivais – mesma dinâmica observada nos territórios de atuação de grupos de traficantes de drogas. Para esse último grupo ser ou não "território em disputa" importa menos – é a subordinação do território a grupos de traficantes que explica a ostensividade da presença territorial.

Cabe ressaltar que a ostensividade da presença territorial também influencia diretamente no tipo de relação que o grupo armado estabelece com a população sobre seu domínio. A frequência dos confrontos ou sua ameaça constante de irrupção produzem uma sociabilidade local mais conflituosa, com altos graus de vigilância e monitoramento e uma constante reclamação dos moradores pela ausência da "paz" existente em momentos anteriores, seja pelos grupos milicianos, seja pelas facções de traficantes de drogas. Porém mesmo nos territórios consolidados de milícia a relação com a população local tem se modificado, em função do aumento e aprofundamento da extorsão praticada por esses grupos. Assim, até em territórios considerados "tranquilos" por seus moradores, a cobrança de taxas e a oferta de serviços por parte dos milicianos se apresentam como momentos tensos, de potencial violência – ainda que uma violência interpessoal, direcionada, diferente da violência aleatória e generalizada experimentada nos territórios de grupos de traficante de drogas ou "em disputa".

No mesmo sentido, a relação com as organizações locais foi modificada pela cobrança de taxas por parte dos grupos armados – sejam eles de traficantes de drogas ou de milicianos. A taxação para a realização de atividades de qualquer tipo cerceia as atividades realizadas por essas organizações e, especificamente no caso das associações de moradores, impede que esta exerça sua função de mediadora na ocupação do espaço público, atividade tradicionalmente realizada por essas organizações dentro das favelas cariocas. Para além da questão da taxação de atividades, observamos a permanência da tutela de grupos de traficantes em relação às associações de moradores nas localidades onde atuam e a relação de extrema proximidade entre milicianos

e associações de moradores, inclusive em alguns casos com o duplo pertencimento de alguns personagens históricos às milícias e às organizações locais. E constatamos a perseguição a locais de culto e lideranças ligadas à religião de matriz africana por uma facção de traficantes de drogas nas duas localidades pesquisadas onde atuam.

Por fim, a dimensão da exploração dos recursos econômicos foi outra categoria analisada que permitiu estabelecer conexões entre os diferentes tipos de "cerco". Aqui identificamos quatro novas dinâmicas: i) nas áreas de milícia consolidada aumenta a extorsão dos moradores, que passa a ser classificada como "abusiva" e diminui a aprovação com a qual esse grupo contava; ii) também em áreas de milícia expandem-se os recursos por eles explorados, não sobrando qualquer atividade econômica sem cobrança; iii) em áreas de atuação de traficantes de drogas observamos o estabelecimento de parcerias com grupos de milicianos, que podem ser mais permanentes – as quais nomeamos como "operação consorciada" – ou mais pontuais, como acordos entre traficantes e milicianos sem a fusão ou parceria entre os grupos; e iv) a milicialização das práticas de grupos de traficantes de drogas, ou seja, a apropriação por parte de grupos de traficantes de práticas consideradas típicas da milícia, como a cobrança de taxas e a comercialização de terrenos.

Foi na dimensão econômica onde observamos com mais intensidade a similitude entre o "cerco" produzido por traficantes e milicianos em termos de suas práticas – a forma como operacionalizam e produzem o "cerco", cotidianamente e na relação com as populações afetadas por sua presenca e suas organizações locais. Em termos da exploração econômica perpetrada, todos os grupos armados compartilham da mesma tecnologia de governo para os territórios de pobreza, que nomeamos como "empreendedorismo parasitário". Essa forma de gestão da vida concilia o uso da violência (generalizado ou pontual) para garantir a submissão a elevados níveis de exploração - garantido desde o pagamento de taxas sobre as mais diversas atividades até o monopólio na oferta de servicos e produtos, já que os possíveis fornecedores "de fora" são proibidos de operar dentro das favelas e os moradores são coagidos a não consumir fora do território das favelas pesquisadas. É com bastante preocupação que constatamos que os moradores das favelas pesquisadas estão submetidos a um grau muito elevado de exploração econômica, ainda mais se considerarmos como eles foram atingidos pela pandemia e pela crise econômica dela decorrente.

Dessa forma, entendemos que os moradores de favelas e periferias viram nos últimos anos uma escalada da precariedade e do cerco em suas vidas. Os agentes estatais e os agentes criminais estão cada vez mais sofisticando formas bélicas de confronto, levando riscos a essas populações, riscos esses desigualmente distribuído pelas regiões da cidade. Nesse sentido, acionamos o conceito de "regimes territoriais" como um ponto de partida para a análise. Leite (2018) explica que o processo que sucedeu a instalação da política de pacificação no Rio de Janeiro gerou formas incrivelmente distintas de regulação, resultando em uma forma de governo dos pobres inscrito no território que articula diferentes poderes - soberano, disciplinar e biopoder. Em cada território essa composição passa a ser refeita ou atualizada nas medidas adequadas a cada contexto, dependendo de ajustes, negociações, resistências e confrontos em diferentes configurações situacionais e temporais.

Defendemos que o conceito da autora é útil não só para pensar os casos das favelas pacificadas, ou não pacificadas (ROCHA; e DA MOTTA, 2020), mas sim qualquer território controlado por algum tipo de domínio armado, uma vez que os contextos inaugurados pelo pós-pacificação afetaram, de formas diferentes, todos os territórios fluminenses. Nesse sentido, compreendemos que o conceito de regimes territoriais se configura como uma espécie de lupa analítica para descrever, analisar e teorizar as múltiplas formas de atuação do mundo do crime, seus agenciamentos, seus conflitos e as formas de vida e de resistência dos moradores de favela.

O presente trabalho buscou mostrar como as práticas de grupos do tráfico de drogas a varejo e dos grupos milicianos se aproximaram nos últimos anos. Contudo, ainda que ocorram semelhanças nas ações dessas organizações criminais, não podemos perder de vista que elas ainda experimentam distintas formas de relacionamento, tanto com o Estado, quanto com a política institucional, como afirma Arias (2013). Em áreas de tráfico de drogas, mesmo as que estabelecem "operações consorciadas" com a milícia, as relações são mais violentas e conflitivas, em que o Estado age, sobretudo, por meio da força, com pequenos períodos de negociação. Por outro lado, as favelas controladas por milícias gozam de relações mais profundas com o Estado e a política institucional, o que proporciona uma maior tranquilidade e eficácia social (ARIAS; BARNES, 2017; HIRATA et al., 2020).

Assim, compreendemos que "viver sob cerco" de grupos armados no Rio de Janeiro hoje em dia é menos determinado pelo tipo de grupo armado que

controla o território, e mais pelas práticas que esses assumem na gestão de territórios e populações. Tais práticas – que precarizam a vida do ponto de vista econômico, político, e das possibilidades de seguranca e garantia da vida -, podem ser exercidas em uma multiplicidade de combinações. Mas observadas em conjunto apontam que o Rio de Janeiro atual é uma "cidade sitiada" (GRAHAM, 2011) por grupos armados, que em conjunto com o Estado "governam" a população da cidade de forma violenta e abusiva. O Estado, assim, é coprodutor e cogestor desse governo armado, seja através de sua política repressiva, seja através da intencional ausência de políticas públicas que garantam a essa população seus direitos a servicos públicos, desenvolvimento econômico e seguranca. Os desafios para superar esse cerco passam, portanto, por um combate à exploração econômica que sustenta o poder desses grupos armados, pelo controle das forcas repressivas que operam como mais um ator nos confrontos territoriais, mas sobretudo pela garantia de condições econômicas e sociais para que os moradores de favelas e periferias possam levar uma vida digna, livre de cercos e de opressões.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMO, P.; FARIA, T. C. MOBILIDADE RESIDENCIAL NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO: CONSIDERAÇÕES SOBRE OS SETORES FORMAL E INFORMAL DO MERCADO IMOBILIÁRIO. Anais apresentado em XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP. Caxambu MG. 1998.
- ALVES, J. C. S. Dos barões ao extermínio: uma história da violência na Baixada Fluminense. [s.l.] Associação de Professores e Pesquisadores de História, CAPPH-CLIO, 2003.
- \_\_\_\_\_\_. Milícias: mudanças na economia política do crime no Rio de Janeiro. Em: Segurança, tráfico e milícias no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2008. p. 33–36.
- ARAÚJO, M. Houses, tranquility and progress in an area of militia. Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology, v. 14, n. 3, 2017.
- ARAÚJO, M.; CARVALHO, M. B. Circuitos políticos em uma favela pacificada: Os desafios da mediação. DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, v. 8, n. 1, p. 63–76, [s.d.].
- ARIAS, E. D. The Impacts of Differential Armed Dominance of Politics in Rio de Janeiro, Brazil. Studies in Comparative International Development, v. 48, n. 3, p. 263–284, 1 set. 2013.
- ARIAS, E. D.; BARNES, N. Crime and plural orders in Rio de Janeiro, Brazil. Current Sociology, v. 65, n. 3, p. 448–465, 2017.
- BARBOSA, A. R. Prender e dar fuga: biopolítica, tráfico de drogas e sistema penitenciário no Rio de Janeiro. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Antropologia Social)—Rio de Janeiro: Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.
- BARROS, R.; FARIAS, J. Political displacements between the periphery and the center through territories and bodies." Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology 14 (2018). Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology, v. 14, p. 1–20, 2018.
- BOLTANSKI, L.; THEVENOT, L. DE LA JUSTIFICATION LES ECONOMIES DE LA GRANDEUR. Paris: Gallimard, 1991.
- BURGOS, M. B. A utopia da comunidade: Rio das Pedras, uma favela carioca. [s.l.] Edicoes Loyola, 2002.
- BUTLER, J. Precarious Life: The Powers of Mourning and Violence. [s.l.] Verso, 2004. CALDEIRA, T. P. R. City of Walls: Crime, Segregation, and Citizenship in São Paulo. [s.l.] University of California Press, 2020.
- CANO, I.; DUARTE, T. No Sapatinho: A evolução das milícias no Rio de Janeiro [2008-2011]. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2012.



CANO, I.; 100TY, C. Sels por mela dúzla? Um estudo exploratório do fenômeno das chamadas 'milícias' no Rio de Janeiro. Em: Segurança, tráfico e milícias no Rio de Janeiro. 1. ed. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2008. v. 1p. 48–83.

CARVALHO, M. B. Os dilemas da "pacificação": práticas de controle e disciplinarização na "gestão da paz" em uma favela do Rio de Janeiro. Doutorado em Ciências Sociais—Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2014.

\_\_\_\_\_. Bem-aventurados os pacificadores: práticas de militarização e disciplinarização dos corpos no programa de pacificação de favelas do Rio de Janeiro. Militarização no Rio de Janeiro: da "pacificação" à intervenção. Rio de Janeiro: Mórula, p. 92–109, 2018.

CAVALCANTI, M. Tiroteios, legibilidade e espaço urbano: Notas etnográficas de uma favela carioca. Dilemas - Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, v. 1, n. 1, p. 35–59, 1 jul. 2008.

\_\_\_\_\_\_. s/morro varandão salão 3dorms: a construção social do valor em mercados imobiliários "limiares". v. 1, n. 28, p. 19–46, 2010.

COELHO, H. Um ano depois de "festa da milícia", com 150 detidos em Santa Cruz, ninguém está preso. G1, 7 abr. 2019.

DA MOTTA, J. W. A experiência do Jardim Batan: regime de incerteza no pós-pacificação. Dissertação de Mestrado. (Mestrado em Ciências Sociais)—Seropédica - RJ: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2020.

FARIAS, J. Quando a exceção vira regra: os favelados como população "matável" e sua luta por sobrevivência. Teoria & Sociedade, v. 15, n. 2, p. 138–171, 2008.

FOUCAULT, M. Discipline and Punish. New York: Pantheon Books, 1977. G1 E TV GLOBO. Cinco pessoas morrem em desabamento de prédios na Muzema, comunidade na Zona Oeste do Rio. G1, 12 abr. 2019.

GRAHAM, S. Cities under siege: The new military urbanism. [s.l.] Verso Books, 2011.

GRUPO DE ESTUDOS DOS NOVOS ILEGALISMOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (GENI/UFF); INSTITUTO FOGO CRUZADO. Mapa Histórico dos Grupos Armados do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: [s.n.]. Disponível em: <a href="https://br.boell.org/sites/default/files/2022-09/relatorio\_mapa\_grupos\_armados\_geni\_fogo\_cruzado.pdf">https://br.boell.org/sites/default/files/2022-09/relatorio\_mapa\_grupos\_armados\_geni\_fogo\_cruzado.pdf</a>. Acesso em: 5 nov. 2022.

HIRATA, D. V. Roubos, proteção patrimonial e letalidade no Rio de Janeiro | Heinrich Böll Stiftung - Rio de Janeiro Office. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2019.

et al. A expansão das milícias no Rio de Janeiro: uso da força estatal, mercado
imobiliário e grupos armados. Rio de Janeiro: Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos (GENI/
UFF) Observatório das Metrópoles (IPPUR/UFRJ), 2020. Disponível em: <a href="https://br.boell.org/">https://br.boell.org/</a>
sites/default/files/2021-04/boll_expansao_milicias_RJ_FINAL.pdf>. Acesso em: 25 maio. 2022.

. Chacinas p	MICIDIC RI	0 n 0	andira. I	cni	
. Chachias pi	niciais. Ni	o ue s	ancno. I	J.11.]	
				_	

KOWARICK, L. A Espoliação Urbana. São Paulo: Editora Paz & Terra, 1978.



LAVALLE, A. G.; CASTELLO, G. L.; BICHIR, R. M. Quando novos atores saem de cena – continuidades e mudanças na centralidade dos movimentos sociais. Política & Sociedade, v. 3, n. 5, p. 37–55, 2004.

LEEDS, A.; LEEDS, E. A Sociologia do Brasil Urbano. [s.l.] Editora Fiocruz/Faperi, 2015.

LEEDS, E. Cocaína e poderes paralelos na periferia urbana brasileira: ameaças à democratização em nível local. Em: ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (Org.). Um século de favela. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.

LEITE, M. et al. Militarização no Rio de Janeiro: da pacificação à intervenção. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2018a. v. 1

LEITE, M. P. Entre o individualismo e a solidariedade: dilemas da política e da cidadania no Rio de

Janeiro. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 15, n. 44, p. 73–90, out. 2000.
Miedo y representación comunitaria en las favelas de Rio de Janeiro: los invisible exilados de la violencia. Em: REGUILO, R.; GODOY, M. A. (Org.). Ciudades translocales: espacio: flujo, representación: perspectivas desde las Américas. Guadalajara: Editorial ITESO; New Yorl Social Sciences Research Council, 2005. p. 365–392.
Da "metáfora da guerra" ao projeto de "pacificação": favelas e políticas de seguranç

	et a	l. Sob	re os	disposi	tivos	s de goverr	0 0	dos pobres	em	uma	cida	de i	militariza	ada. Em:
Militariza	ção r	no Rid	o de	Janeiro:	da	pacificação	à	intervençã	ão.	1. ed.	Rio	de	Janeiro:	Mórula
Editorial,	2018	b. p. 9	7–16.											

pública no Rio de Janeiro. Revista Brasileira de Seguranca Pública, v. 6, n. 2, 2012.

	. STATE,	MARKET ANI	) ADMINISTRA	TION OF	TERRITORIES	IN THE	CITY	F RIO	DE
JANEIRO.	Vibrant:	Virtual Brazili	an Anthropolog	y, v. 14, n.	. 3, 23 abr. 201	8.			

Biopolítica da precariedade em	n tempos de pandemia	. DILEMAS: Revista	de Estudos de
Conflito e Controle Social, Reflexões na p	oandemia. p. 1–16, 202	0.	

MACHADO DA SILVA, L. A. Criminalidade violenta: por uma nova perspectiva de análise. Revista de Sociologia e Política, p. 115–124, 1999.

A continuidade do "probler	ma da favela". Em: LIPPI, Lucia (Org.). Cidade: história e
desafios. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002.	p. 220–237.

Vida sob cerco:	Violência e	e rotina	nas	favelas	do	Rio	de	Janeiro.	Rio	de	Janeiro:
Editora Nova Fronteira/Faperj	, 2008.										

	"Violência	urbana"	, segurança	pública e	e favelas-o	caso	do Ri	o de	Janeiro	atual.
Caderno CRH	H, v. 23, n. 5	9, p. 17,	2010.							

- ; MENEZES, P. V. (DES)CONTINUIDADES NA EXPERIÊNCIA DE "VIDA SOB CERCO" E NA "SOCIABILIDADE VIOLENTA". Novos estudos CEBRAP, v. 38, p. 529–551, 27 jan. 2020.



MAGALHÃES, A. et al. Estratégias de gestão populacional nos processos de remoção de favelas no Rio de Janeiro: o "tempo do rumor" e os "agentes públicos informais". Em: Etnografias das instituições, práticas de poder e dinâmicas estatais. Brasília: ABA Publicações, 2019. p. 53–70.

MAGALHÃES, A. A GUERRA COMO MODO DE GOVERNO EM FAVELAS DO RIO DE JANEIRO. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 36, 2020.

MANSO, B. P. A república das milícias: Dos esquadrões da morte à era Bolsonaro. 1a edição ed. São Paulo: Todavia, 2020.

\_\_\_\_\_; DIAS, C. N. A Guerra: a ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil. [s.l.] Editora Todavia S.A, 2018.

MBEMBE, A. Necropolitics. Public culture, v. 15, n. 1, p. 11-40., 2003.

MENDONÇA, T. Batan: tráfico, milícia e "pacificação" na Zona Oeste do Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado. (Mestrado em Antropologia Social)—Rio de Janeiro: Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014.

MENEZES, P. V. Monitorar, negociar e confrontar: as (re)definições na gestão dos ilegalismos em favelas "pacificadas". Tempo Social, v. 30, n. 3, p. 191–216, 13 dez. 2018.

\_\_\_\_\_\_. Teorias dos rumores: comparações entre definições e perspectivas. Sociabilidades Urbanas - Revista de Antropologia e Sociologia, v. 14, n. 12, p. 21–42, 2020.

MESQUITA, W. Tranquilidade sob a ordem violenta: o controle da "mineira" em uma favela carioca. Em: Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Faperj, 2008. v. 1p. 227–248.

MIAGUSKO, E. A pacificação vista da Baixada Fluminense: violência, mercado político e militarização. Militarização no Rio de Janeiro: da "pacificação" à intervenção. Rio de Janeiro: Mórula, p. 161–177, 2018.

MISSE, M. Malandros, Marginais e Vagabundos: a acumulação social da violência no Rio de Janeiro. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Sociologia)—Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1999.

Crime organizado e crime comu	ım no Rio de	e Janeiro: dif	erenças e af	inidades.	Revista
de Sociologia e Política, v. 19, p. 13-25, out	. 2011.				

\_\_\_\_\_\_. Between Death Squads and Drug Dealers: Political Merchandise, Criminal Subjection, and the Social Accumulation of Violence in Rio de Janeiro. The Global South, v. 12, n. 2, p. 131–147, 2018.

NUNES, M. Polícia chamou participantes de festa de milicianos de "garotas de programa". Extra, 25 abr. 2018.

OBSERVATÓRIO DA INTERVENÇAO/CENTRO DE ESTUDOS DE SEGURANÇA E CIDADANIA DA UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES. Intervenção federal: um modelo para não copiar. Rio de Janeiro: [s.n.]. Disponível em: <a href="https://drive.google.com/file/d/1UPulZi6XpsK8DQo6c5oVmwUFUhypk0pA/view">https://drive.google.com/file/d/1UPulZi6XpsK8DQo6c5oVmwUFUhypk0pA/view</a>.



OLIVEIRA, J. P. DE. Pacificação e tutela militar na gestão de populações e territórios. Mana, v. 20, n. 1. p. 125-161. abr. 2014. PERLMAN, J. O mito da marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro. São Paulo: Paz & Terra, 1977. POPE, N. Militias going rogue: Social dilemmas and coercive brokerage in Rio de Janeiro's urban frontier. Journal of International Development, 2022a. . Surviving and dying through the urban frontier: Everyday life, social brokerage and living with militias in Rio de Janeiro's West Zone. Urban Studies, 2022b. ROCHA, L. DE M. Representações e autorrepresentações: notas sobre a juventude carioca moradora de favelas e os projetos de audiovisual. Em: Rio de Janeiro: Um território em mutação. Rio de Janeiro: Gramma/Faperi, 2012. p. 133-154. . Uma favela" diferente das outras"? Rotina, silenciamento e ação coletiva na Favela do Pereirão. 1. ed. Rio de Janeiro: Ed. Quartet/Faperj, 2013. v. 1 \_. Democracia e militarização no Rio de Janeiro: "pacificação", intervenção e seus efeitos sobre o espaço público. Em: Militarização no Rio de Janeiro: da pacificação à intervenção. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2018a. v. 1p. 223-239. . Associativismo de moradores de favelas cariocas e criminalização. Estudos Históricos (Rio de Janeiro), v. 31, p. 475-494, 2018b. ; CARVALHO, M. B. DE. Da "cidade integrada" à "favela como oportunidade": empreendedorismo, política e "pacificação" no Rio de Janeiro. Cadernos Metrópole, v. 20, n. 43, p. 905-924, dez. 2018. \_; CARVALHO, M. B.; DAVIES, F. A. Crítica e controle social nas margens da cidade: etnografia de espacos de participação em favelas "pacificadas" do Rio de Janeiro. Revista de Antropologia da UFSCar, v. 10, n. 1, p. 216-237, 2018. ; MOTTA, J. W. B. DA. Entre Luzes e Sombras: o Rio de Janeiro dos Megaeventos e a militarização da vida na cidade. Interseções: Revista de Estudos Interdisciplinares, v. 22, n. 2, 2020. SILVA, I.; ROCHA, L. DE M. Associações de moradores de favelas e seus dirigentes: o discurso e a ação como reversos do medo. Em: JUSTIÇA GLOBAL. Segurança, tráfico e milícias. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2008. p. 37-47. SOARES, L. E.; ET. AL. Violência e política no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Relume Dumará; ISER, 1996. VITAL DA CUNHA, C. Religião e criminalidade: traficantes e evangélicos entre os anos 1980 e 2000 nas favelas cariocas. Religião & Sociedade, v. 34, n. 1, p. 61-93, jun. 2014. . Oração de traficante: uma etnografia. Rio de Janeiro: Garamond, 2015.

WERNECK, A. O ornitorrinco de criminalização: A construção social moral do miliciano a partir dos personagens da 'violência urbana' do Rio de Janeiro. Dilemas - Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, v. 8, n. 3, p. 429–454, 1 jul. 2015.



ZALUAR, A. A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza. [ Brasiliense, 1985.	s.l.]
Crime, medo e política. Em: ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (Org.). Um século favela. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.	o de
; CONCEIÇÃO, I. S. Favelas sob o controle das Milícias no Rio de Janeiro. São Pa em Perspectiva, v. 21, n. 2, p. 13, 2007.	aulo







